

O ASENTIMENTO de acordo de governo dos Democratas...  
...de acordo de governo dos Democratas...  
...de acordo de governo dos Democratas...

Como se fôssemos  
um satélite da URSS?

Um relatório com o título sugestivo de "O Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

A 1.ª Comissão do Parlamento Europeu...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

A R. Renascença  
novamente no ar?

UMA VEZ mais, depois de ter sido extinta...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

R.C.P. do Porto  
defende  
apartidarismo

UMA RESOLUÇÃO que afirma o compromisso...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

"O Século": lista C vence  
"referendo fantasma"

UMA VEZ mais, depois de ter sido extinta...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."



Um momento da manifestação de domingo em Lisboa.

## Otelo vice-chefe do EMGFA e Vasco Lourenço comandante da Região Militar de Lisboa?

A ATRIBUIÇÃO de Otelo Saraiva de Carvalho...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## A manifestação da construção civil não favoreceu a esquerda

UMA MANIFESTAÇÃO que se realizou...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Parlamentares abandonam Tancos

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Estado da questão

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Quase 30% de votos válidos

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Manipulação parlamentar

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Constituição do Bde

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

**Si Carreira no EXPRESSO: É possível e necessário governar sem o PCP?**  
Página 18 e 17

**Mojer Avelino Teixeira ao EXPRESSO: Os MFAs inventados**  
Página 13, 14 e 15

**Beja e Portalegre: Reforma Agrária em teste**  
Página 4

**Confrontos Políticos na Informação**  
Página 5

## 72% dos oficiais da Armada não votaram a "lista única"

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Manipulação parlamentar

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

## Constituição do Bde

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

**OMEGA Dynamic**  
Um relógio que se renova. É jovem! É moderno!

...de Portugal...  
...de Portugal...  
...de Portugal..."

# 24 horas

## Inconciliáveis Novismo e Gonçalvismo

O ADIAMENTO da viagem do ministro dos Estrangeiros, Melo Antunes, à Checoslováquia, deu ocasião aos mais diversos comentários nos meios políticos. Juntamente com a tensão política evidente que resultou da acção dos trabalhadores da construção civil ao sequestrarem Governo e Assembleia, afirmava-se que Melo Antunes estaria em negociações com Vasco Gonçalves na tentativa de formarem um governo predominantemente militar, que incluísse elementos das duas linhas, aliás na sequência do comunicado do PCP, de ontem à tarde, em que se apelava para a reunificação das tendências revolucionárias do MFA.

Em contacto com meios ligados ao chamado «Grupo dos Nove», foi-nos desmentido categoricamente tal tipo de negociações, tendo-nos acrescentado que «as posições gonçalvistas e as nossas são irreconciliáveis. Não é que esteja em causa a linha de esquerda, ou a construção do socialismo. Enquanto o gonçalvismo pretende atingir o socialismo através de minorias, fiel à teoria das vanguardas como advoga o PCP, nós queremos atingi-lo com as maiorias, com a maioria do povo português a participar activa e conscientemente na política do país».

## «Como se fôssemos um satélite da URSS»

FOI RECEBIDA com evidente manifestação de desagrado a mensagem entregue pelo embaixador soviético, em Portugal, Kalline, ao Presidente Costa Gomes, a propósito de Angola. A mensagem foi considerada, quer pelos termos, quer pelo tom em que é redigida, como intromissão da União Soviética nos assuntos internos portugueses.

«A União Soviética, escreveu ontem o «Jornal», ter-se-ia comportado com a arrogância própria da grande potência que dita a um governo de um pequeno país a política «adequada» à defesa dos seus interesses hegemónicos numa determinada região do globo (neste caso a África Austral). Para além dos termos arrogantes da mensagem, esta incluía ameaça ao governo português quanto às relações bilaterais — o que é considerado, além do mais, ridículo, já que o Comércio de Portugal com a União Soviética representa pouco mais de um por cento do comércio externo português».

Ao referir-se à notícia do «Jornal», o «Diário Popular» de ontem à tarde escreve: «a nossa redacção, através de vários contactos, não conseguiu obter qualquer informação sobre os termos da citada mensagem que teria, de facto, sido dirigida ao Presidente Costa Gomes».

EXPRESSO procurou também informar-se e foi-lhe dito por alguém que fez a nota: «A União Soviética tratou-nos como se fôssemos um seu satélite».

## A R. Renascença novamente no ar?

SEGUNDO círculo geralmente bem informado, muito provavelmente voltará a estar no ar a Rádio Renascença.

De facto, segundo esses círculos, a emissão da Rádio Renascença passaria a ser feita com a utilização de um emissor, situado perto de Lisboa, na margem oposta do rio, talvez numa unidade industrial, emissor este que poderia ser o mesmo que, um tempo, a 5.ª Divisão possuía nas suas instalações para uma eventualidade de forte maior designadamente, para o caso de paragem das estações de rádio em funcionamento. No momento da dissolução da 5.ª Divisão, o emissor desapareceu, podendo agora regressar à actividade.

Erretamento, inicia-se nos próximos dias uma campanha promovida pelos trabalhadores da Rádio Renascença com vista à recolha de fundos que permita a aquisição de um emissor.

## R.C.P. do Porto defende apartidarismo

UM PLENÁRIO em que estiveram presentes 48 dos 60 trabalhadores da delegação do Porto de Rádio Clube Portuguesa aprovou ontem à tarde uma moção em que se cria uma Comissão de Direcção de Programas, com o objectivo de velar pela «estricta observância do Estatuto Editorial da empresa».

Esta decisão, julgada em Lisboa contraditória com toda a estrutura decisória actualmente em vigor naquela emissora, seria sido ditada pela necessidade que alguns trabalhadores da delegação do Porto sentem de alterar o rumo de orientação ideológico da programação que, em sua opinião, nem sempre respeita o disposto no Estatuto Editorial.

Dois trabalhadores designados para fazerem parte da referida Comissão teriam recusado assumir essas funções, enquanto em Lisboa se pensava, ontem à noite, urgente a deslocação ao Porto de alguns elementos da Comissão Administrativa da emissora.

No mesmo plenário, foi aprovada uma moção visando tentar persuadir a Intermediária, produtora do programa «Alavanca» diariamente transmitido entre a meia noite e as duas da manhã, ao sentido de que seja revista a forma de apresentação, susceptível de se tornar ostensiva na maneira como se refere a pessoas e factos. Esta circunstância seria também considerada, pelos trabalhadores do Porto, como um desvio ao Estatuto Editorial.

## «O Século»: lista C vence «referendo fantasma»

OS RESULTADOS finais do «referendo fantasma» da SNT — como foi considerado pela maioria dos trabalhadores daquela empresa que já se tinham pronunciado por Roly Amorim e Luis Alves para, respectivamente Director e Chefe de Redacção de «O Século» — foram tornados públicos ao princípio da noite de ontem. Salu vencedora a lista C (168 votos) ficando em segundo lugar a lista A (176 votos) e em terceiro a lista B (41 votos). Registraram-se ainda 17 votos nulos (ver mais informações pág. 5).

# Otelo vice-chefe do EMGFA e Vasco Lourenço comandante da Região Militar de Lisboa?

A NOMEAÇÃO do General Otelo Saraiva de Carvalho para o cargo de Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e do capitão Vasco Lourenço para o lugar de Comandante da Região Militar de Lisboa podem ter sido duas importantes decisões que resultaram de uma reunião realizada ontem à tarde, no Palácio de Belém, e a que estiveram presentes o Presidente da República, que presidiu, os generais Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fábris, e o capitão Vasco Lourenço.

A reunião destinou-se a concretizar uma orientação já aprovada na noite anterior, pelas várias Comissões da Revolução que estiveram em Belém a debater o actual situação político-militar.

Por um lado os observadores fazem notar o que representaria o

retorno da linha dos Nove e nomeação de Vasco Lourenço para o Comando da única região militar que não era chefiada por um elemento afecto a esta linha. Esta nomeação poderia vir a permitir decisões significativas no que respeita à disciplina e actuação revolucionária das unidades da região militar de Lisboa.

Por outro lado, a promoção honorífica de Otelo corresponderia a uma clara perda de peso político-militar, que os observadores associam às últimas atitudes de Otelo Saraiva de Carvalho, que foi ferido pesadamente criticado por vários dos seus comandados do Conselho da Revolução.

Pensa-se também que a nomeação de Otelo marcaria um ponto de viragem no que respeita ao COPCON (que inclui e desapareceu), que já era muito criticado, e que

demonstrou a sua total inépcia nos incidentes do S. Bento, não respondendo à solicitação feita pelo Presidente Costa Gomes.

As decisões poderiam significar mais uma adagem no sentido de serem totalmente descredibilizadas as notícias que se circulam no sentido de um possível entendimento entre elementos do grupo dos Nove e elementos do linha Gonçalves do MPA (vide notícia nas 24 horas).

## Reunião do CR

A última reunião do CR, realizada de 13 para 14, tinha sido várias vezes interrompida para que se pudessem comparar, os acontecimentos que se estavam a desenvolver em S. Bento e, sobretudo, para que o Presidente da República pudesse estabelecer contacto, com

responsáveis dos diferentes partidos interessados em encontrar uma solução para o problema do esgotamento de Pinheiro de Azevedo. Devido a estes condicionamentos, a reunião não se chegou a formalizar, havendo apenas alguns debates entre vários participantes. Foi notado o ar cansado de Álvaro Cunhal.

Apesar da relativa informalidade, analisaram-se as conversas entre os comissários as estratégias políticas que estavam a ser desenvolvidas pelos partidos e outras forças políticas e, ao mesmo tempo, o efeito que isso tem no interior das Forças Armadas.

Foi reconhecido que tem havido debilidades no nível dos comandos militares, e que seria necessário tomar decisões importantes e a curto prazo neste domínio. Nessas conversas foi afluída a necessidade de realização de reunião de

onem à tarde, com a presença do Presidente Costa Gomes, dos generais Fábilo, Otelo e do capitão Vasco Lourenço. Os meios militares contactados consideravam estranho que era preocupante a indisciplina revelada no comportamento de várias unidades militares. —  
 «Ficaram adiados para próxima oportunidade, alguns temas centrais da vida político-militar, como a questão do reconhecimento do Governo de Angola e as implicações políticas e militares cabidas das recentes declarações de Otelo Saraiva de Carvalho.

### Paraquedistas abandonam Tancos

Entretanto, a situação no Regimento de Caçadores Paraquedistas, em Tancos, é cada vez mais confusa e, de acordo com fontes militares consultadas, tornar-se-á a curto prazo insuportável a organização interna dessa unidade.

De facto são já cerca de 140 os oficiais paraquedistas que se apresentaram ao EMFA, tendo sido colocados na Base Aérea de Sintra para receberem alimentação, alojamento e para continuarem o seu treino militar de rotina. Por outro lado apresentaram-se também ao EMFA sargentos e soldados que abandonam Tancos. No caso concreto dos soldados, que não podem sair da unidade, verificou-se que houve uma fuga de 8 soldados que cortaram o arame farpado que rodeia as instalações da unidade.

Os informadores militares referidos acrescentaram ainda que estes factos mostram claramente que os actos de indisciplina face à hierarquia da Força Aérea foram obra de um pequeno grupo que não representa necessariamente as posições dos paraquedistas.

### CIAAC contra Vasco Gonçalves

Em reunião realizada há dias, os oficiais do CIAAC aprovaram a seguinte moção, da qual deram conhecimento às hierarquias militares competentes:

«Oficiais do Q.F. CIAAC tendo tomado conhecimento de que o general Vasco Gonçalves ocupou o lugar de director do Instituto de Altos Estudos Militares manifestam a sua apreensão em virtude da falta de isenção partidária já manifestada nas funções de primeiro ministro. Por esse facto, recusam a frequência dos cursos ali ministrados até à sua substituição.

Recorda-se que moção semelhante foi já aprovada na Escola Prática de Cavalaria de Santarém.

### Oficiais continuam a apresentar-se no EME

Também na Escola Prática de Serviço de Material, unidade considerada muito progressista que se situa na região de Sacavém, e que é comandada pelo graduado em tenente-coronel Ribeiro (oficial que não participou no movimento do 25 de Abril) se generalizou o sistema que foi iniciado no Regimento de Polícia Militar onde os oficiais, não concordando com as directrizes ali observadas, decidem abandonar a unidade e apresentar-se no Estado-Maior do Exército.

## A manifestação da construção civil não favoreceu a esquerda

UMA ALTERAÇÃO nas cúpulas militares terá sido a primeira consequência visível, a nível político, da manifestação dos trabalhadores da construção civil, que acabaram por sequestrar o Governo e a Assembleia Constituinte, numa atitude que chegou a aparecer, em determinada altura, como tentativa de golpe de Estado. Na realidade o Copcon, instado a intervir pelo Presidente da República, acabou por não secundar o pedido do Chefe do Estado, gesto que está na linha de fractura política do poder constituído, no sector específico da construção. O próprio PCP, um dos maiores apoiantes da manifestação que, no entanto, ditou que não se pusesse por si mesmo, dado que a sua dinâmica acabaria por servir as intenções oportunistas, teve de vir a público discordar do "sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte e do Primeiro-Ministro", pois, "entende que o sequestro não é forma de luta que favoreça os trabalhadores, prestando-se, além do mais, a provocações de toda a ordem por parte dos inimigos dos trabalhadores, como a prática está a demonstrar".

A prática está a demonstrar que semelhante manifestação "serviu para acordar ainda mais as forças de direita e forças que não sendo de direita, mas reprovam semelhantes atitudes de sequestro, a unirem-se a fim de procurarem que este país viva no mínimo de ordem. Mário Soares partiu para o Norte e Sá Carneiro também, prevenindo-se diversas manifestações cujo tema central será o da "anarquia a que chegámos", o do "desrespeito à pessoa do primeiro-ministro, ao governo e à Assembleia eleito livremente pelo povo". Já houve ataques a sindicatos do PCP e já se fizeram barricadas na estrada, caso, por exemplo, de Rio Maior, para não deixar passar manifestantes armados para Lisboa.

### Estado da questão

A luta pela assinatura do contrato colectivo de trabalho no sector da construção civil, com particular relevo para as novas tabelas salariais, uniu a esmagadora maioria dos trabalhadores do ramo numa das maiores jornadas de luta presenciadas no nosso país. Com uma manifestação avaliada em cerca de 100.000 pessoas, os trabalhadores da construção civil dirigiram-se a S. Bento onde sequestraram o Primeiro-ministro e a Assembleia Constituinte. Atribuiu-se, regra geral, a facilidade de mobilização dos trabalhadores do sector, à longa espera pela conclusão do Contrato Colectivo do Trabalho, espera essa a que devemos acrescentar a inflação galopante que torna impossível viver o dia a dia com os magros salários que auferiam. A proposta para o CCT dos Sindicatos foi entregue no Ministério do Trabalho e ao patronato, a 14 de Maio, de pois de haver sido aprovada pela classe em meados de Abril num Plenário realizado no Pavilhão dos Desportos. Note-se, entretanto, que alguns dias antes deste Plenário, em princípios de Abril, um destacado funcionário do Ministério do Trabalho, Eugénio Rosa, conhecido defensor da linha PCP/MDP, argumentava, numa reunião de "deputados-sindicatos" contra a mesa que presidia, que o sector da construção civil se encontrava em crise. Também, em Junho, na imprensa que o então ministro do Trabalho, Costa Martins, publicou, para regular a manifestação repressiva a férias e subsídios dos trabalhadores da construção civil, se afirmava que, para resolver o problema, era necessário declarar o sector em crise.

Até Outubro, porém, não se mesurou mais no assunto. Nesse mês o Sindicato da Construção Civil convocou os outros Sindicatos liga-

dos ao mesmo declarando ter chegado a altura de se negociar o contrato colectivo de trabalho. O passivismo recusa negociar com os representantes dos trabalhadores e as negociações passam a realizar-se entre estas e o Ministério do Trabalho. Ministério que se comprometeu a publicar uma portaria reguladora, dentro de determinado prazo.

A falta de cumprimento destes prazos está na origem da movimentação de massas.

Embora o primeiro foco de greve se tenha verificado em Simas, onde particularmente se faz sentir a carestia de vida, todo o processo de luta pelo contrato colectivo de trabalho foi conduzido a partir de Lisboa, depois de uma reunião de Comissões de Trabalhadores afeitas ao PCP ou à UDP, em 16 de Outubro. As Comissões de Trabalhadores aprovaram um processo de luta que consistia em uma greve progressiva seguida de manutenção e ocupação do Ministério do Trabalho.

### Manipulação partidária

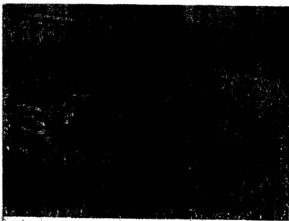
A aplicação da luta dos trabalhadores da construção civil verificou-se logo a seguir a uma amicus de Álvaro Cunhal no "Frente a Frente" com Mário Soares, na TV, e depois do discurso de Pinheiro de Azevedo na mani-

festação do Terreiro do Paço (ver editorial pag. 8), a qual foi interpretada por muitos observadores como um deslizo à capacidade mobilizadora do PCP. De resto, durante a grande manifestação dos trabalhadores da construção civil, as tentativas de recuperação partidária por parte do PCP foram denunciadas por elementos afeitos à Comissão de Unidade Operária de Construção Civil (CUOCC) e não só. Também alguns órgãos de comunicação social se pronunciaram sobre o assunto.

Dos vários episódios acontecidos durante a manifestação parece ter ficado demonstrado que os trabalhadores ultrapassaram diversas vezes qualquer controlo, aproximando-se consciencia dos seus próprios interesses, não obedecendo algumas vezes às palavras dos delegados sindicais. Quando, por exemplo, chegou um helicóptero a S. Bento, mais de uma centena de trabalhadores entrou imediatamente nos jardins do Palácio, seguindo a qualquer momento e impedindo-o de realizar os seus interesses.

A tentativa de aproveitamento partidário para conquistar ou reconquistar posições aos centros de decisão por parte do PCP, não passou assim despercebida aos observadores mais atentos no que respeita inclusivamente aos alguns militantes da sua confiança.

(Continua pag. 12)



Um aspecto da manifestação da construção civil

(Continuação da pág. 1)

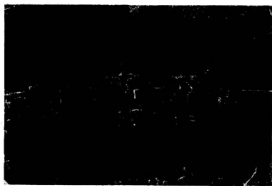
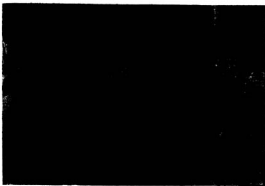
# Construção civil e actuação partidária

O "Diário de Notícias" de ontem afirmava que a proposta apresentada ao Conselho da Revolução pela Comissão Negociadora, onde eram pedidas as demissões do Ministro e do Secretário de Estado do Trabalho, tinha sido sugerida pela Inter-sindical. Dos militantes acima referidos estiveram em 5. Bento o ex-ministro Costa Martins, o major Campos Andrade e o Comandante Martins Guerreiro, os quais se aviaram com Pinheiro de Azevedo.

Também a delegação da Inter-sindical, segundo nos informou uma fonte ligada ao Palácio de Belém, se havia reunido com o Almirante Rosa Coutinho antes daquela proposta ter sido apresentada. Por outro lado, elementos ligados ao PS foram sentir as suas queixas, segundo as quais o Gabinete do Primeiro-Ministro, constituído pelo Comandante Montez, ainda recentemente louvado oficialmente

por ordem do ex-ministro Correia Jesuino, Major Namorado Freire e o Comandante Pires Neves interpunham uma barreira entre aquela organização partidária e o Primeiro-Ministro não consentindo a Pinheiro de Azevedo o seu pedido de serem recebidos.

Ainda nesta linha de considerações é de notar também a demissão que sectores governamentais consideram escandalosa, do ministro do Equipamento Social, Veiga de Oliveira do PCP, demissão esta do problema da construção civil que, segundo declaram fontes ligadas ao sector, só poderia ser devida a razões políticas: para que a sua contribuição para a resolução do problema na parte que lhe diz respeito mais acrescesse os ânimos dos trabalhadores contra o Governo de Pinheiro de Azevedo e contra o ministro do Trabalho. É evidente que uma parte não indiferente do problema da construção civil passa pelo Ministério de Veiga de Oliveira, como seja, por exemplo, toda a política de solos, habitação e por



consequente construção civil em seus múltiplos aspectos.

## O desfecho

Depois de várias reuniões, quer do Conselho de Ministros em Belém, convocado pelo Presidente da República de que estiveram ausentes Pinheiro de Azevedo, Victor Crespo e Tomás Rosa, retidos em S. Bento, e do Conselho da Revolução numa sala contigua, a solução para o problema havia de ser encontrada, a suas horas da manhã, depois de um encontro entre o ministro Vítor Crespo e os delegados sindicais, os quais se avistaram logo a seguir com Pinheiro de Azevedo. Ficou resolvido que entrasse em vigor a verba salarial proposta pelos Sindicatos e a aplicação de projetos de relançamento do sector da construção civil, bem como um inquérito ao Ministério do Trabalho por uma Comissão de confiança dos trabalhadores. Os encargos dos novos aumentos salariais serão da ordem dos seis milhões de contos, tendo os aumentos beneficiado os diversos escalões com melhoria de regalias, no entanto, para os serventes que passaram a ganhar um salário na ordem dos 6.500\$000, com um aumento cerca de dois mil escudos. O custo de mão-de-brã na construção civil em 1973 foi de 9 milhões de contos, em 1974 de 13,5 milhões e 1975 de 21 milhões de contos.

Segundo a Associação dos Industriais da Construção Civil, os encargos resultantes do Contrato Vertical de trabalho representariam um dispêndio de mais de 36 milhões de contos.

No encontro com o ministro Vítor Crespo, que procedeu a soluções com características de definitivas que ainda passará por diversas análises, foi ventilada a reformulação do sector, como seja uma nova política de solos, cujos preços deverão diminuir substancialmente, a fim de podermos compensar o enorme dispêndio que agora foi acrescentado ao trabalho, devendo ser posto imediatamente em execução o programa de emergência para a construção civil, que prevê a constituição de novas empresas, o potencialimento das existentes e o Estado como construtor a actuar sobretudo na regulamentação dos preços com a sua acção concursal.

## O inquérito

O Secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Curto, não aceitará o inquérito ao Ministério do Trabalho, nos termos e moldes em que foi acordado entre o primeiro ministro e a comissão negociadora da construção civil. Segundo o consequente apurar este inquérito será efectuado por uma comissão de inquérito constituída por elementos de confiança dos trabalhadores. Ao que parece alguns

ministros já se teriam solidarizado com Marcelo Curto, nomeadamente Jorge Campinos e Walter Rosa. Não se sabe ainda qual será a posição do ministro pois os termos em que este inquérito foi estabelecido não são ainda de conhecimento público.

## Os acontecimentos no Norte

Os acontecimentos que estão a ocorrer em Lisboa, em torno ou a coberto da greve dos trabalhadores da construção civil — no dizer de fonte responsável local — reflectem-se com dureza e provocam bastante mal-estar no norte do país, nomeadamente no Porto. Durante a madrugada de sexta-feira — após a manifestação de protesto contra o "espionismo lisboeta" e de apoio ao VI Governo —, populares atacaram a sede da União dos Sindicatos do Porto, o Rádio Clube Português e novamente, mais ao norte, a sede do PCP de Alfindega da F4 (Bragança), onde foram encontradas três epingardas automáticas G-3.

Aquem Mondego, como dizem na nossa edição de quarta-feira, a greve dos trabalhadores da construção civil não teve expressão. Alguns sindicatos distritais não aderiram (como de Aveiro, Braga e Vidua do Castelo) e os operários, desinformados e não consultados previamente, reagiram com pouco ou nenhum entusiasmo. Calculou-se, por exemplo, em 50 por cento as adesões.

Diga-se, aliás, que chegaram mesmo a ser apresentadas queixas na PSP do Porto de trabalhadores que não paralisaram a sua actividade vítimas de agressões por parte de grupos que constituíram os pilares de fiscalização da greve. Os trabalhadores que ouvimos, numa ronda por algumas obras em curso, lamentavam não ter sido ouvidos e, dada a crise do sector, temer perder o emprego.

De qualquer modo, tudo se desenrolaria com normalidade, não fora a forma de luta adoptada em Lisboa, sobretudo com o cerco do palácio de S. Bento, cujos reflexos por aqui ferem os mais diversos sectores. Neste contexto, com a população a evidenciar natural nervosismo, se insere a manifestação promovida na quinta-feira à noite por alguns partidos políticos (CG, PPD, PS e FPAD) de frente ao QG/RMN. Milhares de pessoas — emigradas a partir das 20 horas por numeroso grupo de trabalhadores da construção civil dos concelhos de Rio Tinto e Gondomar, os quais estão contra a greve — enchiam a Praça da República. A multidão, gritando as tradicionais palavras de ordem (em frente sem medo Pinheiro de Azevedo), "soldado, Veloso, defende o teu povo", "paz, pão, armas é que não", "Pinheiro, se forte, traz o governo para o Norte" e exigiam a presença do comandante da RMN, que, da varanda, afirmou: "Mais uma manifestação do povo deste glorioso Norte, que quis

vir aqui apoiar um Governo verdadeiramente democrático, como é o do primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo. Estamos todos a apoiar o VI Governo que, neste momento, em Lisboa, está com graves dificuldades".

"Uma coisa é certa: a vontade da maioria tem de ser respeitada. Respiro: A vontade das maiorias tem de ser respeitada, custo o que custar. As maiorias têm de ser vigorosas e não podem deixar-se vencer pelas minorias.

"O povo português quer ordem, disciplina, paz, pão e trabalho. A melhor resposta, que este Norte, pode dar é aplicar-se ao trabalho, contrariando aqueles que não querem trabalhar. Vamos todos trabalhar.

A multidão aplaudiu freneticamente estas palavras de Pires Veloso. Gritou palavras anticomunistas ou, mais propriamente, anticomunistas. Falaram outros oradores, nomeadamente a deputada do PS, Maria Emilia de Melo, que denunciou o que se tem passado em frente do Palácio de S. Bento.

A manifestação dirigia-se, então, para a rua de Santa Catarina, onde se situa a sede da União dos Sindicatos do Porto. Gritou palavras de ordem contra a InterSindical; afirmou que o edifício deveria ser usado para dar abrigo aos retornados. Começaram a chover as pedras. Utilizando uma escada que tiraram de uma obra em construção, populares entraram na sede da união dos sindicatos e provocaram bastantes estragos. Queimaram também muita documentação. Após a intervenção de forças militares, aliás acobitadas com palmes, por volta das cinco horas, a situação encontrava-se normalizada. A segurança foi entregue a elementos da PSP. Esta manhã, sexta-feira, de novo, realizou-se um plenário com todos os trabalhadores (cerca de 60) a fim de se deliberar a nova linha de rumo da emissora. Mais tarde, cerca das cinco horas, foi lido um comunicado, salientando-se o "espírito de confraternização e entendimento" reinante, pedindo-se à população que comparecesse com o seu apoio e café quente.

Também junto à sede no Porto da União dos Estudantes Comunistas houve ajuntamento de manifestantes. Agul, chegou a verificar-se a confrontação física, de que resultaram cinco feridos.



# Nacional

## 3500 presos comuns — revela ministro da Justiça

NA COMUNICAÇÃO que na passada quinta feira fez ao país, através da RTP, o ministro da Justiça, Pinheiro Farinha, revelou que no "momento actual encontram-se internados em estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério da Justiça, e à ordem dos tribunais comuns, 3500 indivíduos, mais 1500 do que em Julho de 1974". Ainda segundo Pinheiro Farinha, só "na área da grande Lisboa encontram-se presos preventivamente cerca de 700 arguidos, o que indica a concentração da criminalidade nos grandes meios urbanos".

Outros pontos abordados pelo ministro foram a situação muito deficiente, em instalações e quadros humanos, com que se debatem os estabelecimentos prisionais, com relevo para os anexos psiquiátricos; o problema dos melhores internados (em número de 700), cujos Serviços Tutelares se encontram igualmente em condições deploráveis, e a reestruturação da Polícia Judiciária. Como tema central da comunicação esteve, porém, a crise dos mecanismos do poder judicial vigente e, especialmente, dos tribunais. Defendendo as instituições qualificadas à esquerda como representativas do poder da burguesia, Pinheiro Farinha opôs-se às correntes políticas que advogam a substituição dessas instituições por tribunais populares.

## S.D.C.I. desmente acusações

O S.D.C.I. — ultimamente em foco devido à controvérsia das escutas telefónicas —, num esclarecimento divulgado no passado dia 12, contesta várias acusações de que tem sido alvo por parte de alguns órgãos de informação, nomeadamente no que se refere a uma cidade que, segundo alguns meios militares, aqueles serviços teriam armado a um elemento do Conselho da Revolução afecto ao "grupo dos Nove", com vista a envolvê-lo em complicitades com o M.D.L.P., quando de uma reunião recentemente efectuada em Braga por aquela organização clandestina contra-revolucionária.

O esclarecimento do S.D.C.I. assinado pelo director daqueles serviços, comandante Contreras, aduziu, a este respeito, que a "notícia é completamente falsa e indesejada, lamentando-se que aqueles órgãos de Comunicação não tenham tido o mínimo cuidado em verificar aquilo que publicam ou se tenham prestado à difusão de matérias que, de antemão, sabiam ser infundadas". O comunicado esclarece ainda que este desmentido "merece a concordância poria do conselho da Revolução, major piloto-arbítrio José Bernardo de Castro e Castro". Recorda-se que Canto e Castro fora o oficial referido num comunicado difundido pelo Frente Militar Unida — a que se atribuem ligações ao "grupo dos Nove" — como tendo sido alvo da cidade armada pelo S.D.C.I.

## Greve geral em ciências (Coimbra)

A FALTA de instalações que tem atingido todos os graus do ensino — especialmente o secundário — provocou uma tomada de posição dos alunos da Faculdade de Ciências de Coimbra traduzida em greve geral, que se manterá até que o MEIC resolva o problema. Esta tomada de posição seguiu-se a uma série longa de contactos e diligências que resultaram infrutíferos, empenhados pelo conselho directivo da escola junto do Ministério.

## R.R.: "até à vitória final"

A COOPERATIVA Rádio Renascença — formada por 14 comissões de trabalhadores — lançou, esta semana, uma grande campanha política e de fundos com vista a colocar novamente em funcionamento aquela estação, cujo emissor de Barca foi recentemente destruído à bomba por decisão do Conselho da Revolução. Além do apelo "um dia de salário para a Rádio Renascença", as iniciativas integradas na campanha compreendem manifestações culturais que contam já com o apoio de artistas e colectivos como José Afonso, Sérgio Godinho, a Comuna e o Grupo de Acção Cultural. A campanha terminará com um encontro nacional de comissões de trabalhadores, moradores e outros órgãos do poder popular.

## C.T. da TAP denuncia plenário

NUM COMUNICADO distribuído ontem, a Comissão de Trabalhadores da TAP denuncia "o chamado 'Plenário das Comissões de Trabalhadores da Cultura Industrial de Lisboa' que criticara aquela comissão pelo facto de ter abandonado o plenário em causa. Entre outros aspectos, a C. T. da TAP aponta o carácter partidário do plenário e os processos de manipulação utilizados; falta de identificação dos presentes como representantes efectivos de Comissões de Trabalhadores, convites dirigidos arbitrariamente a alguns sindicatos afectos a determinada linha partidária, além de algumas presenças estranhas, como a do economista Engilho Rosa. Por outro lado, as votações processaram-se de forma ilegítima: "Podiam notar mesmo sem serem de Comissões de Trabalhadores, com saliência para o facto de haver noventa elementos da Intersindical, do 'MUTT' e de alguns sindicatos a votar em pé de igualdade com as CT's". Quanto ao funcionamento dos grupos de trabalho — sublinha a CT da TAP — "as coisas estavam de tal modo organizadas e combinadas que não foi possível haver uma discussão que consideramos indispensável dado que os métodos dirigistas, impediram que se discutisse o que levou ao abandono de muitas comissões presentes. E o facto de só se poder falar nos 'documentos' apresentados, pela nome e ainda assim em número reduzidíssimo levava inevitavelmente que só pudessem ser aprovados aquilo que os 'organizadores' pretendiam".

## Plenário condena Vintém

O Plenário da Base Aérea de Tanques condenou o Primeiro Sargento Vintém pelo facto de ter divulgado Regitamentos sem comunicação, como se ele tivesse sido aprovado pelo Plenário dos Oficiais, Sargentos e Praças da Base. O comunicado dirigia-se contra o Chefe de Estado Maior da Força Aérea. O primeiro sargento foi expulso da unidade pelo Plenário, que pediu ao Comandante que o punisse como a pena mais elevada. Vintém é conhecido pelas suas ligações à "gauchista" Comissão de Sargentos da F. Aérea.

## Atentados à bomba prosseguem no Funchal

UM AVIÃO da Força Aérea foi o mais recente alvo dos atentados terroristas dos separatistas madeirenses. Um petardo colocado junto do "Nord Atlas", estacionado no aeroporto do Funchal, explodiu na madrugada de ontem, provocando elevados estragos — calculados em 17 000 contos — na aparelhagem do avião. Entretanto, ainda ao decorrer desta semana, um atentado bombista — aparentemente de origem diversa mas de finalidade claramente homicida — foi perpetrado na residência de um elemento da comissão de gestão constante do liona, Padre João da Cruz Nunes. O conflito surgido entre correntes políticas de esquerda — em que se inclui o Padre Cruz Nunes — e elementos afectos à JSD local parece estar na origem do atentado. Embora até ao momento nenhum dos atentados tenha causado mais do que estragos materiais nestes dois casos, bastante elevados, constatou-se, no Funchal, o desenvolvimento de um clima de mal-estar que poderá conduzir a confrontos extremamente graves. Além destas duas explosões, verificaram-se duas outras de intensidade muito menor que, observadores locais, qualificam de "manobras de diversão". Com efeito, um dos alvos destes últimos atentados foi a "Farmácia Avenida", de que é proprietário um elemento afecto aos movimentos separatistas.

## Retornados assaltam I.S.C.S.P.

UM GRUPO de retornados assaltaram na última terça-feira, à tarde, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, danificando parte das instalações. Os actos de vandalismo — efectuados em prejuízo na ordem dos 200 contos — foram provocados pelo facto de no I.S.C.S.P. ter sido hasteada uma bandeira do M.P.L.A., em homenagem a aquele movimento de libertação angolano e à República Popular de Angola.

SOUSA,

Marcelo Rebelo de

# Do (inesperado) prenúncio de golpe ao golpe?

Marcelo Rebelo de Sousa

EM CIÊNCIA política qualquer tentativa para, pela pressão da força, fazer cair um governo constituído para o substituir por um outro governo mais favorável receberia a qualificação de golpe de estado.

Não se trata de uma mudança corrente de governo, já que se utilizam meios de pressão (mesmo de coacção) que não se encontram estabelecidos no quadro institucional vigente.

Não se trata de uma revolução, já que o objectivo é pouco ambicioso: não se pretende fazer cair um sistema económico ou um regime político, mas sim substituir um governo.

Se isto assim é, o que nós estamos a viver neste momento é o espaço de tempo que vai do prenúncio de um golpe de estado do PCP à sua eventual concretização.

Além, uma das características originais da legislação revolucionária em vigor é que ela é tão vaga e omissa quanto aos mecanismos de acesso e exercício do poder que constitui um coarctivo permanente ao golpe de estado, das mais diversas orientações. O 28 de Setembro foi, pelo menos, um golpe de estado. O 11 de Março foi mais dois golpes de estado (um frustrado, o outro triunfante). O chamado «pronunciamento» de Tancos também foi um golpe de estado.

Para facilidade de expressão, os políticos portugueses acharam por bem não banalizar o que, de facto, tem (quase) sido banal, e, em vez de falarem em golpes de estado permanentes, passaram a falar em «processo revolucionário em curso».

Não se nega a realidade revolucionária. Só se esclarece que muito do que se lhe atribui não passa de golpes de estado de um partido ou de um grupo de militares.

## O prenúncio do prenúncio

Se o prenúncio do golpe foi o enquadramento pelo PCP, e a orientação partidária da gigantesca manifestação do passado dia 12, o prenúncio do prenúncio foi o ascenso progressivo do PCP em diversos sectores da vida portuguesa. Assim, a virulência dos ataques dos órgãos de infor-

mação de controlo do PCP ao VI Governo Provisório, ataques esses alargados abertamente ao Primeiro Ministro desde o discurso do Terreiro do Paço. Assim, o novo fôlego no plano sindical. Assim, os avanços no domínio de certas autarquias locais no Sul do país, a começar pela Câmara Municipal de Lisboa.

Assim, essencialmente, a estratégia de implantação nas Forças Armadas, onde se apagam momentaneamente os SUVs (nos quais, de resto, a hegemonia do PCP está longe de ser pacificamente aceite pela esquerda revolucionária), e, em lugar dos SUVs, aparecem fenómenos generalizados de contestação profissional politicamente enquadra-

da. A actuação estritamente política sucede-se uma acção fundada em motivações mais susceptíveis de consenso, como o estatuto profissional de certos sectores da FA.

Se o Exército fora o campo predominante desta estratégia há algumas semanas, de momento (e nos últimos tempos) foi a Força Aérea o terreno escolhido, e o Chefe de Estado Maior o principal homem visado.

A explicação é simples: a Força Aérea sempre foi considerada desafecta, a opósta de esquerda radical, e Morais da Silva é, neste instante, o único Chefe de Estado Maior considerado não dialogável pelo PCP. Logo, todas as acções que permitam, a um tempo, desagregar a estrutura altamente hierarquizada da Força Aérea e pôr em questão o seu Chefe de Estado Maior devem ser prosseguidas.

Acreditamos que uma tal linha conduza à realização de um objectivo mais amplo, também na mira política do PCP: a liquidação sumária da viabilidade de um AMI, convertível num instrumento essencial do VI Governo Provisório.

Em recuo progressivo (embora ainda não totalmente sensível) em muitos sectores da Armada, o PCP conseguiu posições muito favoráveis na Força Aérea sobretudo nos paraquedistas.

Paralelamente, acentua-se uma certa confrontação dentro do Conselho da Revolução. Otelo Saraiva de Carvalho resume

uma posição de tentativa de liderança política, e o PCP e a esquerda revolucionária apoiam-no com o mesmo (ou maior) entusiasmo com que recentemente tinham apoiado Fábilo, contestado pelo PS e PPD.

O indéito da situação reside, por um lado, no contestoso que se abriu e parece acentuar-se entre Otelo e a linha dominante do Conselho da Revolução, e, por outro lado, no apoio frontal do PCP a um chefe militar a quem, ainda não há muito tempo, colocava algumas reservas.

## Objectivo mitigado

Perante este quadro sinéctico, um dos aspectos mais estranhos é o de o objectivo a prosseguir parecer mais reduzido perante a dimensão da estratégia definida e executada.

Quando se esperaria uma dinâmica revolucionária aparece uma dinâmica golpista (e talvez isto mesmo explique o exemplar editorial do RCP, transmitido em sucessivos noticiários da tarde e noite de 12, e o teor do comunicado da UDP do mesmo dia).

Mais interessado em pressionar uma alteração da correlação de forças na superestrutura política do que em alinhar até ao fim nos sonhos dos aliados tácticos da esquerda revolucionária, o PCP parece ter querido revelar o seu peso na vida política nacional, e exigir uma inflexão à esquerda na composição e linha de actuação do poder constituído.

Para tanto, o prenúncio de golpe foi muito impressionante. Em primeiro lugar, pelo número dos manifestantes mobilizados, muitos dos quais ignorando o enquadramento que o PCP viria a fazer. Depois, o esquema de solidariedade grevista e de mobilização de outros sectores industriais do Sul.

Seguidamente, a eficácia dos sequestros. Sobre tudo as hesitações do COPCON na intervenção, quer no dia 12 quer no dia 13.

Tudo isso foi extremamente persuasivo, e poderia pesar no sentido de um rearranjo governativo, em que o actual governo

de unidade PS, FPD, PCP com os 9, poderia dar lugar a um governo de coligação PS, PCP e MFA, neste figurando também elementos da linha gonalvista (esta fórmula seria, de resto, lançada por sectores informativos próximos do PCP desde a manhã de dia 13).

Sucede, entretanto, que muitos observadores se convenceram que já tinha sido desencoadado e estava em plena concretização o golpe do PCP.

Não partilhamos desta interpretação simplista.

O PCP, ao canalizar a manifestação de 12-13 apenas prenunciava o golpe.

E o seu comunicado de dia 13, exigindo a demissão imediata do Ministro e do Secretário de Estado do Trabalho só fala num dos objectivos possíveis: o de uma alteração da relação de forças no Governo.

Para a realização deste objectivo o pré-núncio do golpe só por si era um factor de peso. Ao pôr em cheque o Ministério do Trabalho, o PCP sabe que põe em cheque todo o Governo, na sua actual composição. E, ao mesmo tempo, abre caminho para tentar recuperar um departamento que é fulcral para o controlo da vida sindical (de resto curiosamente, na mesma ocasião em que o PCP contestava frontalmente o Ministério do Trabalho, abriam-se ou reabriam-se pequenos processos marginais contra ele — vg. resposta dos demissionários da Comissão de Saneamento). Este desígnio é, por exemplo, claramente localizado em comunicados de partidos de extrema-esquerda (como a O.C.M.L.P.).

Mas, o 6.º Governo não é tudo. Nem é sequer o mais importante órgão de soberania.

Ora, é a nível de Conselho da Revolução que se deverá correctamente situar o eventual golpe do PCP.

## Negociações e peso negocial

Recordemos, entretanto, que, no seio do Conselho da Revolução, se tinham extremado, nas últimas semanas, posições, designadamente pelas declarações de Otelo Saraiva de Carvalho.

Pinheiro de Azevedo apareceu, de um lado, apoiado pela maioria dos membros tidos por não gonalvistas ou de esquerda radical; do outro, avultavam Otelo e Fábila.

No seu todo, a linha dominante do C. R. era ainda a dos Nove.

Ora, uma exigência já crónica do PCP tem sido a de um certo reequilíbrio entre os Nove e a linha gonalvista no CR.

Dal duas actuações paralelas, que têm sido adoptadas:

— ataque crescente a Pinheiro de Azevedo e aos elementos considerados mais «reconciliados» dos Nove (com relevo para os da Força Aérea, relativamente aos quais o PCP sabe que a sua saída conduzir a seguir mais votados, e que seriam Pereira Pinto e Costa Martins);

— convite a uma aproximação com a chamada ala esquerda dos Nove (e tal a reunião da Academia Militar).

No seu todo, esta estratégia enfraquece a coesão, já de si problemática dos Nove (relembre-se a questão do reconhecimento do governo anglo-americano).

Simplesmente, como já dissemos há uma semana, dentro dos Nove tem-se manifestado crescentemente o desejo de uma aproximação PS-PCP, precedida de um acordo entre linhas do MFA. Esta ideia tem continuado a ser amplamente defendida pelos ex-MES (vide os artigos de Nuno Broderode dos Santos e Jorge Sampaio nos dois EX-PRESSO-EXTRA).

Até ao momento, as negociações tinham sido complexas, e a linha gonalvista aparentava não estar em posição de dar cartas aos Nove.

Logo, um objectivo plausível do golpe (pacífico) do PCP poderá ser o de mostrar a necessidade instantânea do reconhecimento da sua força, a nível civil e militar, na estrutura do poder constituído.

Acrescenta-se que o PCP sabe, de antemão, que, em condições normais, atingiu, de momento, o seu máximo patamar de implantação civil à escala nacional, ao nível de outros partidos, e que lhe é fundamental, pelo menos, compensar esta limitação com uma efectiva implantação militar, que supere a desses partidos.

No seu todo, mais importante do que uma alteração de força a nível de Governo é, assim, uma alteração de forças a nível de Conselho da Revolução. Mais importante até porque se trata de uma «questão prévia».

Max, para pressonar esta segunda alteração, domingo (como «manifestação unitária-Teniz») será o dia decisivo.

Ai o PCP poderá mostrar mais claramente ainda que o domage passado está longe de significar domínio do PS e do PPD na mobilização para Lisboa. Ai o PCP poderá fazer repensar alguns conselheiros da Revolução na efectividade do seu peso político.

## Porque não logo?

Max, se domingo pode representar a concretização de um prenúncio de há dois dias, porque não avançou logo o PCP, jogando com toda a força do golpe delineado?

A razão poderá ser simples. A história recente do nosso processo político tem mostrado que aquelas forças que se lançam no golpe têm muito menos possibilidades de êxito do que as que regem no contra-golpe.

Foi assim o 23 de Setembro. Foi assim o 11 de Março. Em Tancos não houve contra-golpe, mas o golpe já nasceu de uma resposta à génese conhecida e polémica do V Governo.

Logo, o PCP lançou a bola à neve, e depois esperou. Esperou que alguém — partido ou entidade militar — se deslocasse, numa resposta extemporânea, o que permitira, além do mais, fazer recair sobre esse alguém uma responsabilidade acrescida por eventuais conflitos violentos. O alguém poderia ser o PS ou o PPD.

Max poderia sobretudo chamar-se AMI.

Terá sido por uma rápida análise de situação que o PS e o PPD responderam, não reagido abundantemente em Lisboa, mas mobilizando os militantes no Norte e no Centro, como factor dissuasor que, por sua vez, espera novos avanços do PCP?

Terá sido por uma atenta precaução que o AMI não quis de

achas para a fogueira que lhe tem sido preparada, declinando resposavelmente uma missão apontada pela lei para o COPCON?

## Balanço muito provisório

No momento em que escrevemos (manhã de 14) é muito difícil fazer qualquer balanço, mesmo provisório, da situação.

Por um lado, o PCP pôs indubitavelmente em crise o VI Governo, ou melhor pô-lo mais em crise ainda do que antes se encontrava — e, neste plano, averbou um ponto.

Depois, o PCP marcou outro ponto junto do Conselho da Revolução, bem patente, por ex., na apagação e perturbada mensagem de Costa Gomes ao país, lida sincopadamente no Telegiornal de 13.

Finalmente, o PCP deu uma relativa machadada no prestígio da Assembleia Constituinte, embora não tivesse querido ir tão longe como talvez gostasse a esquerda revolucionária.

Mas, em contrapartida, o PCP não ganhou pontos em dois domínios:

— nas negociações com os Nove, o PCP pode ter jogado «frente demais». Ora, os Nove (mesmo que estejam interessados na continuação das negociações) já terão percebido que este é o pior momento para um acordo — porque é o momento em que acordam em posição de mais acentuada fraqueza;

— nas relações com o PS, porque a reação das muitas bases do PS, e também das células do partido, foi muito negativa, sobretudo aos sequentes de Pinheiro de Azevedo e dos deputados constituintes.

As jogadas de força têm este alarido — tanto podem constituir triunfos decisivos num equilíbrio insólito, como afugentar acordos desejáveis, embora noutras proporções.

No entanto, para já é difícil formular um juízo definitivo, tanto mais que, neste momento, os membros do Governo do PS e do PPD pensam em colocar, em Conselho de Ministros, o problema de uma decisão, ao que parece tomada em S. Bento, diversa da conclusão a que chegou o Conselho de Ministros dessa madrugada, reunido em Belém.

A ver vamos como decorre um Conselho de Ministros, que pode ser a vários títulos muito importante.

Assim como muito importante para o futuro do VI Governo poderá ser o apuramento do porquê da cedência do Governo perante os manifestantes, em matéria em que o Conselho de Ministros decidira não ceder.

Qualquer que seja, porém, o desfecho imediato de mais esta crise política, uma coisa parece claríssima: o VI Governo será o mais proporcional às eleições de Abril, será o mais possível no encontro tormentoso de forças políticas dificilmente conciliáveis, poderá ser tudo isso — mas não consegue governar.

Por quanto tempo é viável a existência de um Governo que não governa?

## E a direita?

Enquanto isto sucede, a direita parece querer esperar. Parece querer esperar por meios de acção e condições objectivas que, de momento, não existem. E a sua espera parece revelar que combõe muito bem os planos das forças

políticas que estão na ribalta do poder. Não foi decerto por acaso que Alpoim Calvão fez aparecer uma entrevista sua em órgão português, no dia 13, depois de ter revelado com insistência o seu desajo de até essa data ser ouvido pela informação nacional.

Bem informada, a direita clandestina parece querer deixar a outrém a iniciativa de um processo de força, onde só tem intervindo em actos bombásticos dispersos.

Enquanto isto sucede, observadores políticos atentos inclinam-se com crescente intensidade para a ideia de que um novo chefe potencial avulta na direita que se afirma democrática.

Esse chefe — cujo prestígio nos círculos conservadores franceses e até americanos parece suplantar, de momento, Spínola — é Galvão de Melo. O seu último discurso em S. Bento é, cuidadosamente analisado, como que uma declaração de intenções futuras, na medida em que, pela primeira vez, um político vem assumir em Portugal o chamado «luta da descolonização», que será por bastante tempo um dos triunfos preferidos da direita portuguesa.

Como conciliar esta subida de Galvão de Melo com a conhecida ambição de Spínola, e a posição reafirmada por Alpoim Calvão ao «Tribune de Genève» (12/11) de apoio incondicional ao segundo — esta é a questão fundamental do difícil entendimento entre a direita legal e a direita clandestina.

De qualquer modo, a direita só ganha com a deterioração da situação política interna, impatiável ao desencanto das forças militares e partidárias da esquerda e do centro.

# A Constituinte parada antes de entrar na "Organização Política do Estado"

NA SEQUENCIA dos incidentes que culminaram com o sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte, que duraria até ao começo da tarde do passado dia 13, salvo quanto aos deputados Henriquet de Barros (PS), Galvão de Melo (CDS), e João Gomes (PS), que só saíram algumas horas depois a Assembleia Constituinte não funcionou nem anteriormente nem ontem, não se sabendo ainda se restará, como seria de esperar, as suas actividades na próxima terça-feira, à tarde.

Na última reunião, a Assembleia prosseguiu a apreciação da matéria da "Organização Económica", faltando agora apenas para concluir o debate deste Título discutir alguns dos artigos que desceram novamente à Comissão.

Os mais importantes desses artigos respeitam à irreversibilidade das nacionalizações feitas depois do 25 de Abril de 1974, e aos sectores de propriedade dos meios de produção na sociedade portuguesa, a caminho do socialismo.

Na Comissão, onde os textos foram reapreciados, tendeu-se a verificar uma plataforma entre os principais partidos, que poderá facilitar o debate no Plenário. Uma das poucas objeções a esse acordo resultaria da posição do PS contrária à admissão de des-nacionalização de médias empresas, não nacionalizadas, mas publicizadas indirectamente, como ficou da nacionalização de uma grande empresa de que dependiam. O PS parece não querer que essas empresas possam passar para o sector privado, mesmo que isso suceda com o acordo dos trabalhadores da empresa, e não se oponha à orientação política do Plano Económico em vigor.

Depois do debate sobre a matéria económica, a Assembleia Constituinte debruçar-se-á sobre o longo articulado respeitante à organização política do Estado. Este articulado, de cerca de 100 artigos encontra-se praticamente já votado na respectiva Comissão, tendo-se dado um consenso tendencial dos representantes dos diversos partidos. Este consenso deriva, em larga medida, do facto de na sua base se encontrar o Pacto celebrado pelo MFA e por sete partidos políticos em Março deste ano.

Embora um deputado do PS — Sottomayer Cardia — tenha referido no Plenário a hipótese de uma revisão desse Pacto, a verdade é que até ao momento nenhum partido que o assinou pôs oficialmente em questão a sua vigência.

## Novo vice-presidente?

Numa das primeiras sessões da próxima semana, a Assembleia Constituinte deverá eleger um novo Vice-Presidente e um novo Vice-Secretário, para os lugares destacados vagos por Francisco Pinto Balsemão e Sebastião Dias Marques, ambos do PPD. Os nomes aventados são Fernando do Amaral e Amélia de Azevedo, também daquele partido. Enquanto que o segundo nome não suscita nenhuma oposição de parte do PS e do PCP, já o nome admitido para vice-presidente poderá vir a ser contestado por estes partidos. A verificar-se isto, estar-se-ia perante um incidente inédito na história da Constituinte, que colocaria o PPD numa posição particularmente difícil.

## Governo que governe

A RESPOSTA ao frente-a-frente televisivo entre Mário Soares e Álvaro Cunhal em que este foi derrotado aos pontos e a resposta à manifestação de apoio ao VI Governo que se desenvolveu no domingo no Terreiro do Paço, deram-na os operários da construção civil e respectivas forças de apoio. Sequestraram o governo e sequestraram a Assembleia Constituinte durante o tempo que quiseram e mostraram, claramente, que o VI governo não tem força para governar, embora recolha em seu torno muitos votos. Demonstraram ainda os operários da construção civil que, dora em diante, quem quiser poderá aprisionar o governo e cobrir de ridículo uma Assembleia que nasceu para fazer uma Constituição pela qual o país haveria de regular a sua vida no próximo futuro. E aqui coloca-se já um ponto de interrogação para quem, fora das forças políticas ou politiquieiras, deseje observar a vida deste país com um mínimo de realismo: para que fazer uma constituição se, como acontece com as leis, é possível desencadear um mecanismo que imediatamente a anule?

Andam o PPD e o PS afanosamente a declarar que têm por si a maioria da nação. Mas o PPD e o PS não conseguem fazer que um governo que, em grande parte os representa, governe. Pergunta-se, então qual a força do voto num país como o Portugal de hoje? Esquecem-se, tanto o PPD como o PS, que o voto não é tudo e que, sobretudo num projecto que se definiu socialista e como tal foi aceite, há forças capazes de superar o peso do voto. Quem mais pesar no conjunto do país é quem vai inclinar a balança a seu favor ou, pelo menos, quem tem o direito de saltar para os prazos da mesma, a fim de a vergar na direcção do seu projecto. Há que, por isso, entrar em linha de conta, naquilo a que chamam democracia, não apenas com a quantidade de votos, mas também com a qualidade das forças, até porque quantidade de voto só vale na medida em que se transforma em qualidade, pois que democracia é qualidade. Assim é que não podemos dizer, sem mais nem menos que os partidos de esquerda são grandemente minoritários na medida em que impedem o governo da maioria eleitoral de governar.

Não é apenas sintoma o caso da construção civil. A destruição da Rádio Renascença já tinha sido indicativo bastante.

Por outro lado ainda está na memória de todos nós o governo de Vasco Gonçalves, de sinal contrário quanto aos apoios, ao de Pinheiro de Azevedo. E esse governo também não foi capaz de governar, e teve de cair por isso mesmo. Os votos, transformados em força, neutralizaram a outra força gonalvista que não derivava apenas dos votos. Chegou-se a um impasse e o governo caiu.

Agora chegou-se a outro impasse e o governo queda. Mas queda para quê? Para vir outro que vai cair daqui a dois meses com o agravar constante da vida nacional?

Ou perante duas forças que não cedem. Há que recorrer à guerra e fazer da força o direito que a razão não é capaz de criar?

Assentou-se e todos o admitiram em teoria que o socialismo era o caminho deste país: um socialismo não copiado de modelos estrangeiros e onde o exercício das liberdades fundamentais pudesse ser cabalmente garantido: liberdade de expressão de pensamento, de reunião, etc. Mas socialismo que também quer dizer igualdade de raça, a qual exige, como condição sine qua non, para a sua obtenção, a mudança nas estruturas de produção. Esta condição primeira, fulcral e de raiz, terá de ser actuada continuamente, a começar pelos pontos mais candentes que em si mesmo albergam maior dose de risco para o processo em curso.

Quer isto dizer que a população portuguesa deve toda ela ser transformada numa imensa classe trabalhadora que se possa expressar livremente, que se possa reunir livremente, para livremente julgar dos caminhos por onde a conduzem os governantes.

Perguntamos nós se, partindo desta base, não se pode chegar a uma plataforma de governo que governe, esconjurando, de uma vez para sempre, os perigos da extrema-direita que nos ronda a porta?



ANTUNES

# Ainda sobre a Frente Única Militar

José Freire Antunes

EM NOME da frente militar anti-fascista e anti-social-fascista, foi difundido no dia 4 de Novembro, o documento intitulado "Mas uma inventiva falhada", que levanta questões de importância vital para o futuro dessa organização cambrésia dos oficiais patriotas.

Saiu-se o mérito do texto, mesmo no facto de pôr a nu o casamento das manobras dos dois centros da contra-revolução portuguesa, Washington e Moscovo. Desmascarando as manobras golpistas orçadas quer por fascistas quer por social-fascistas, o documento vem apoiar a justa luta dos social-democratas, de que o PCP e o UDA, o FLP e os SUP são os dois focos da mesma unidade — a contra-revolução na nossa Pátria, as preparativas de instauração duma nova ditadura, com seu cortejo de desgraça para o povo, sua política, seu exercício de funções-fúrias e sua repressão sangrenta.

Referente ao táctica velha e revolta do povo, o documento aponta para a necessidade de se fazer um trabalho de fundo para se fazer as coisas de frente. O documento aponta para a necessidade de se fazer um trabalho de fundo para se fazer as coisas de frente. O documento aponta para a necessidade de se fazer um trabalho de fundo para se fazer as coisas de frente.

dos seus comparsas stalinistas para atapezarem os ardis que tramaram em própria casa.

O documento desmonta os mecanismos conducentes, no seio do Poder inoperante e impotente, a dar capa à penetração da superpotência URSS em Angola, sabotando a unidade nacional do povo angolano e atando a guerra civil inter-imperialista, de convivência com o parceiro saúque. O texto toca ao de leve a táctica do PCP destinada a derrubar o VI Governo e o Conselho da Revolução: compromisso histórico com a extrema-direita para escancarar as portas à contra-revolução. A desmóia de Alpoim Cabão como agente duplo MDLP-SCDI, coloca a questão de saber se as sabanadas que o mercenário promete vir comer no Natal, estarão a ser cozinhadas no gabinete de Freitas do Amaral.

Contudo, este primeiro comunicado da frente militar única é também a primeira machadada sobre os princípios e na prática que a deveriam orientar. Isso revela que determinadas forças infiltram-se na frente para a sabotar. O conteúdo profundo do documento está completamente o mérito sustinido.

Os processos anti-democráticos que presidiram à confecção do texto — em a primeira questão.

Um pequeno grupo de oficiais não hesitou em invocar o nome da frente para emitir um documento sem prévia aprovação dos órgãos céticos. Desem essas oficiais não dos métodos próprios ao inimigo de duas cabeças que a frente se propõe combater. As consequências imediatas desse processo anti-democrático são as de provocar pontos de ruptura na frente.

Este método incorrecto subjaz igualmente ao facto de que em diversos jornais saíram notícias divergentes oriundas de fontes de calibre variado — visando portanto a democracia formalmente acordada. Alguns oficiais que se arrogam de defender a democracia no seio do povo, não aprenderam ainda a democracia ou sobre ela têm concepções erróneas.

Do ponto de vista do pequeno grupo de oficiais, a frente militar deverá existir para servir o VI Governo, o actual Conselho da Revolução e a coligação de forças no Poder — em a segunda questão. Essa ideia é contrária à frente, porque no VI Governo e no Conselho da Revolução existem representantes de Washington e os social-fascistas. Como pode então a frente apoiar tal coligação?

Se acaso existam patriotas no seio desses órgãos do Poder, eles estão

**enganados quando supõem que o nosso povo pode conquistar a Independência Nacional, vendendo a relíquia a nossa Pátria ao imperialismo.**

No comunicado, o pequeno grupo de oficiais difarça muito mal o seu ódio ao comunismo de baixo do justo ódio ao social-fascismo; e difarça muito mal o seu ódio ao marxismo-leninismo-manismo, de baixo do justo ataque aos bandos saúdios do PCP. Deixa-se então disto que o pequeno grupo de oficiais autores do documento pensa que é possível existir uma frente única sem a participação dos autênticos comunistas. Essa frente pode existir; só que não é anti-fascista nem anti-social-fascista, porque só os marxistas-leninistas são conseqüentes na luta contra os dois centros da contra-revolução.

Vi-se de tudo isto que os autores discordam do ponto de vista — exposto em artigo anterior — de que a frente única militar apenas pode existir como componente da ampla frente única democrática e popular. Esses oficiais não aprenderam nada no decurso de 16 meses, são imponentes para entender a História e caminham às cegas.

O documento difarça muito mal o seu real objectivo, que foi o

de cobrir o oficial do Conselho da Revolução que ia caído na armadilha montada pelos agentes do KGB infiltrados na CIA, de acordo com os agentes da CIA infiltrados no KGB. Porque, deixemo-nos de histérisas: será que o grupo de oficiais patriotas estão convencidos da impunidade política do verso contrário? Acaso se esse oficial fosse realmente anti-fascista e anti-social-fascista, daria alguma vez ao a que alguém se lembrasse de o convidar para semelhante encontro?

O grupo de oficiais autores do texto devia lembrar-se da história do corte do vigário: esse processo de empalmar papalvos só resulta porque os papalvos têm a mania que são espertos. O mesmo é dizer que o oficial em questão mascara o seu ódio ao comunismo e à Revolução, sob os ataques ao social-fascismo. Porque no fundo dos fundos, é para Washington que ele perde.

A frente única militar é uma conquista importante dos oficiais patriotas e democratas. A sua edificação é um processo sinuoso, com avanços e recuos. No fundo, trata-se de atacar os erros quando eles aparecem, trabalhar pela unidade e superar as contradições se porventura elas são superáveis. Senão, não.

CLARO, João Martins

# Organizar a cultura...

João Martins Claro

1 — A REVOLUÇÃO de Abril desperdiçou no país a possibilidade de recuperação da unidade que tinha a afirmação de um modo de ser e querer colectivo. A cultura, como parte integrante e defensora de um processo revolucionário, que tinha como meta, terá de ser o espelho da dimensão do ordenamento social a atingir. A responsabilidade de uma política cultural impõe-se não só por ter sido tido todo neste campo, mas fundamentalmente por possibilitar a consciencialização da base social de apoio à Revolução.

A coordenação e o dirigismo dos problemas da cultura dividiram-se principalmente pelo sector da informação e da educação antes do 25 de Abril. Outros ministérios, no entanto, destinaram ainda atenções neste campo.

Depois do 25 de Abril, criou-se no MEC, uma secretaria de estado para a cultura que, através das suas viscosidades, mantém a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, peça fundamental na estrutura cultural com inúmeras atribuições e uma orgânica funcional redutória. No Palácio For a Direcção-Geral da Cultura Popular e Esportivos colaborou com a 5.ª Divisão do EMGFA na dinamização cultural, mantendo assim as suas funções.

Com o IV Governo surge o Decreto-Lei 499/75 que estrutura o MCS em duas secretarias de estado, uma para a informação, outra para a cultura; determina direcções-gerais, comissões e conselhos, cria, de forma inovadora, um quadro de pessoal; promove a transferência dos serviços culturais do ISEC para o MCS, obviamente, altera a denominação do MEC para MEC.

Terá sido possível criar outras soluções a urgente reforma deste sector: criar uma secretaria de estado dependente da Presidência do Conselho, reorganizar a secretaria de estado existente no ex-MEC, ou estruturar desde logo a Ministérios da Cultura.

Consideremos, no entanto, as razões aduzidas para a solução adoptada expressos na parte preliminar do diploma citado.

Al se afirma genericamente: «o conceito de dissociabilidade da informação e da cultura resulta de uma integração artificial...», «o processo revolucionário ocorreu na sociedade portuguesa pós, desde logo, em curso (na dissociabilidade) e que a sua própria dinâmica desencadeou inelutáveis forças de integração...», «em sentido lato, toda a cultura é (deverá ser) comunicação e que toda a comunicação é (poderá ser) cultura...», «que a verificação destas evidências teria de concluir pela necessidade de reestruturar e coordenar todos os órgãos técnicos e administrativos responsáveis pelas questões culturais até agora divididas...».

A dinâmica do processo revolucionário e a concepção da identidade entre cultura e comunicação social justificaram a justaposição destes sectores. A política cultural, que poderia corporizar a razão desta medida, traduzir-se-ia na subalternização dos assuntos culturais, em favor de uma informação que veiculasse valores mais próximos da propaganda, em lugar de uma acção cultural entendida em termos de criatividade.

Sem deixar de realçar a inconveniência desta solução, pensamos, que não é o facto de os assuntos da cultura serem despendidos por um Ministro da Comunicação Social que impediria a autonomia da cultura obrigado por isso a acceitar-se dela uma imagem pré-determinada através dos órgãos de informação. O cerne do problema da liberdade de expressão cultural reside na atitude assumida pelo Estado que deverá ser de firme rejeição do dirigismo, irmão da burocracia e gerador da esterilidade criativa.

2 — O VI Governo comprometeu-se a criar a curto prazo um Ministério que se ocupe dos problemas culturais sem reconhecer a autonomia, indepen-

dência e relevância dentro da Administração a este sector secundarizado dentro dos Ministérios por onde se encontra dividido.

O futuro Ministério da Cultura não poderá ser mais um departamento copiado da estrutura de outros. Abre-se a possibilidade de equacionar uma profunda reforma dos serviços públicos fomentando uma estrutura-piloto de forma a promover a capacidade de resposta aos problemas que justificam este Ministério. Juntar algumas Direcções-Gerais e Institutos, conceder-lhes uma hierarquia ministerial será pouco mais que prolongar o funcionamento mais ou menos emperado que caracteriza a Administração. Será impossível articular uma política global num domínio como o que tratamos sem uma máquina institucional inovadora, interviniente, flexível e descentralizada.

A constituição de um Conselho Cultural que agrupe representantes dos centros de cultura, intelectuais e artistas escolhidos pelo seu mérito, consultados os organismos onde se congregam, facultaria a possibilidade das decisões ministeriais não serem tomadas à margem dos agentes da cultura ao mesmo tempo que promoveria uma participação representativa e comprometida com o processo cultural a desenvolver.

O funcionamento de uma comissão inter-ministerial pensamente deveria conjugar a eficácia da acção cultural colocando

nomeadamente ao serviço da cultura os amplos sectores editoriais nacionalizados. Uma consulta articulada com o sector educativo tem pleno cabimento dada a evidência do fracasso de um planeamento cultural sem considerar a necessário interdependência entre cultura e educação. O contacto assíduo com o MNE e o Ministério da Cooperação são fundamentais na troca de experiências com todos os países do Mundo e em especial com os novos Estados de expressão portuguesa com os quais temos inegável substrato cultural comum.

A interpenetração entre quadros tradicionalmente técnicos e administrativos promoveria a responsabilização dos funcionários nos projectos a levar a cabo a par de uma gestão financeira apoiada em fundos autónomos que impulsione a dinâmica administrativa.

A descentralização deverá constituir um objectivo e um método de acção que inspire a política cultural, nomeadamente, através da criação de órgãos regionais. Uma política descentralizada possibilitaria a recuperação dos inúmeros centros de actividade cultural dissimulados pelo país e depositários em muitos casos de uma intensa sedimentação de experiências; facultaria o inadiável levantamento cultural nacional e a preservação do património histórico-artístico; daria às populações o objecto de ver alargadas as perspectivas da sua participação numa pro-

dução cultural genuína e dinâmica.

3—Perguntar-se-á, mas que cultura vamos desenvolver, que política lhe dará forma?

Caberá a propósito responder com o enquadramento normativo que a Assembleia Constituinte encontrou na determinação dos parâmetros da acção do Estado em relação ao problema que nos ocupa.

A política cultural terá como fim «o acesso de todos os cidadãos, e, em especial, dos trabalhadores, das camadas populares, não só à fruição, mas à criação cultural» e não poderá ser orientada «segundo quaisquer directrizes, filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas». O Estado não poderá, pois, limitar de alguma forma a pluralidade da expressão cultural ao mesmo tempo que terá de promover «a democratização da cultura de modo a incentivar e acelerar o seu desenvolvimento» nomeadamente «através de organizações populares, colectivas de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados».

Uma Revolução Socialista que não seja culturalmente libertadora e não possibilite a originalidade perderá um dos seus atributos fundamentais e característicos, um Governo que não preste à cultura uma atenção privilegiada não está certamente a consolidar a revolução que é imperioso vivificar com a participação de todos, colectiva e individualmente.

Expresso

75-11-15

13-15

TEIXEIRA, *Aventino*

**Major Aventino Teixeira fala ao EXPRESSO**

# Os MFAs inventados



Muitas entrevistas se têm feito com elementos do MFA e algumas delas têm contribuído de forma decisiva para que se compreenda um pouco melhor as relações de influência, de oposição ou de aliança que o desenvolvimento do processo político tem vindo a originar.

Esta entrevista com o major Aventino Teixeira, no entanto, contém contribuições muito importantes e pouco usuais para o esclarecimento da dinâmica interna do MFA e para a compreensão do tipo de manobras políticas que se desenvolvem actualmente. Em especial, a análise dos esquemas dos golpes e contra-golpes merece uma atenção cuidada.

Um outro aspecto se deve salientar nesta entrevista: o carácter irreverente do entrevistado que, com uma ironia permanente, consegue ir mais longe do que seria normal no espaço restrito de um pequeno conjunto de perguntas. É possível que algumas pessoas considerem essa irreverência excessiva, ou até mal aplicada. Mas, como costuma dizer o major Aventino, já estamos cansados de papas políticos.

### A batalha da informação

**EXPRESSO** — Uma das características mais curiosas do processo político português encontra-se na enorme importância que tem a «batalha da informação», a manipulação permanente da informação por parte de agentes partidários. Como é que analisa este problema?

**AVENTINO TEIXEIRA** — Logo nos primeiros dias que se seguiram ao 25 de Abril se pôde verificar que todos os partidos procuravam reservar posições que lhes permitissem uma influência directa sobre os meios de informação. Pode mesmo dizer-se que o Ministério da Comunicação Social foi o mais procurado, mesmo mais do que, por exemplo, o próprio Ministério do Trabalho. Esse era já um indicativo do que se iria passar a seguir: a mais clara e directa manipulação e distorção da informação com objectivos que ninguém poderá duvidar que são partidários. Esse é um facto concreto; as suas explicações e os processos que conduziram a este resultado são muitos e valeria a pena explicar aqueles que são mais característicos.

**EXP.** — Mas como é que se consegue uma hegemonia partidária tão completa em alguns jornais? Não sendo certamente homogêneo o conjunto de trabalhadores de cada empresa jornalística, nem política nem socialmente, como se explica um controle tão perfeito da informação que é transmitida por esses jornais?

**A. T.** — Esta questão tem que ser dividida em várias partes e vou tentar responder-lhe com a minha experiência como presidente do Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Tipografia que edita «O Século» e que é um bom exemplo dos problemas que refere. De facto, uma minoria de jornalistas aliada a um sector também minoritário pode produzir um jornal enclausurado a um dado partido político e aos seus ideais. Isto é possível porque, para além da tenacidade posta na luta por estas minorias não foi resolvido o problema fundamental que se batiam os trabalhadores, o direito ao trabalho. Como isso

nunca foi assegurado por nenhum Governo Provisório, os trabalhadores da informação ficaram sempre à mercê da chantagem dos vários partidos que tiveram a hegemonia nos vários governos. Cada um dos governos enganou mais que o anterior os trabalhadores da informação.

Os trabalhadores, na sua generalidade, são assim obrigados a escolher não as posições justas mas sim o melhor empresário político. O trabalhador que em escrutínio secreto é eleito para a administração a que eu pretendo, é o que, do ponto de vista dos restantes trabalhadores garante o direito ao trabalho. Isso coincide com mais um momento em que o PCP tinha a hegemonia no Governo; esse trabalhador eleito, em escrutínio secreto, é eu quando eu candidato a quadro do PUCaP. Os trabalhadores enorgam-se nas mãos deste elemento porque ele lhes dava a ilusão da garantia do seu emprego.

A «maioria minoritária» que está no «poder» no «Século» decide dos destinos do jornal por efeito das tergiversações dos vários partidos da coligação. Por sua vez, a facção do MFA afecta ao PUCaP suposta essa mesma «maioria», garantindo-lhe uma ampla liberdade de manobra e oferecendo-lhe força militar.

Mas ainda há um outro ponto a referir: é um pequeno grupo de trabalhadores de um jornal que está a decidir dos destinos de todos os trabalhadores de uma empresa que publica muito mais coisas. Quem deve decidir, afinal? Os trabalhadores da empresa ou os «dominados» de um sector dessa empresa, neste caso de um jornal matutino?

**EXP.** No meio de todas essas manobras, onde é que os leitores se colocam?

**A. T.** — «O Século» é um boletim de distribuição mão a mão. A venda não deve ultrapassar os dez mil exemplares, embora acredite que eles consigam distribuir gratuitamente mais uma dez mil. Mas tem uma sociedade muito concreta: concerto com o general Otelo Saraiva de Carvalho quando diz que se faz política lendo os jornais da tarde e da manhã. É para isso que «O Século» serve, e de que maneira... «O Século» não tem expressão; é um simples meio de pressão e perderá a sua importância quando as pessoas se aperceberem claramente disso.

## Razões da exoneração

EXP. — Tendo sido nomeado pelo MFA para o posto de presidente do Conselho de Administração da SNT, e com uma missão específica, como é que se explica que tenha sido afastado dessas funções?

A. T. — A minha nomeação para a SNT é feita sem o meu prévio conhecimento. Foi-me proposto ir para administrador do «Diário de Lisboa». Aceitei, em princípio, mas desde que fossem satisfeitas as seguintes condições: não receber qualquer vencimento por essas funções, ter o consentimento do Conselho de Serviço da Administração Militar acerca da minha capacidade técnica para desempenhar funções económicas e administrativas; e que me fosse fornecido pelo MFA um programa mínimo para a informação: a curto e a médio prazo e, ainda, me fosse fornecida uma credencial em nome do MFA. Chegaram até a propor-me a compra de acções do «Diário de Lisboa» nos termos de uma informação do então ministro das Finanças (III G.P.). Questões de contorno legal.

Apareço na SNT porque o Vitor Alves me chamou e me disse que tinha sido nomeado pelo Conselho dos Vinte para resolver uma situação complexa de ocupação de «O Século» pelos trabalhadores que se opunham à administração.

Fui, portanto, nomeado pelo MFA e só formalmente pelo Conselho de Ministros. Quando saio, sou exonerado das minhas funções pelo Conselho de Ministros: não há nenhum órgão do MFA que tenha alguma vez tomado qualquer decisão nesse sentido.

De acordo com a informação do então ministro Jesuino, a razão do meu afastamento terá sido o conjunto de declarações que eu terei proferido numa conferência de imprensa, dada na Casa da Imprensa, em que defendi intransigentemente a libertação de Arnaldo Matos, secretário-geral do MRPP, na sua qualidade de democrata, patriota e anti-fascista. Segundo o comandante Jesuino, o primeiro-ministro de então, Vasco Gonçalves, informado por telefone, deu «maios de corações» e mandou imediatamente investigar. Sem ser ouvido por ninguém fui chamado ao Ministério da Comunicação Social onde o comandante Montês me comunicou que ia ser exonerado. O motivo terá sido o facto de eu ter «contrariado» as decisões do MFA que tinha mandado «aprender» o MRPP, considerado «secta religiosa», «banda de terroristas», etc.

Perguntaram-me porque é que eu não me opus, «dentro» do MFA, a essa decisão. É a mesma pergunta que eu poderia fazer agora ao general Otelo, que não contraria «lá dentro» o Conselho da

Revolução e vem opôr-se «lá fora». Aliás, não foi o MFA que decidiu o ataque violento, mas o assassinio às sedes do MRPP. A Assembleia do MFA não se pronunciou sobre isso, pois uma proposta apresentada nesse sentido, em duas sessões consecutivas, foi retirada na segunda sessão. Quem deu a ordem foi o Conselho da Revolução de acordo com os partidos e, nomeadamente, com o apoio do PS, segundo informação do almirante Rosa Coutinho. Ao propôr-se a retirada dessa proposta, Rosa Coutinho afirmou não haver «santa aliança» do PS com o MRPP mas sim do PS com o PCP (n.º). O PS teria mesmo concordado com o plano de extinção do MRPP.

Mas, de qualquer forma, não é esse o verdadeiro motivo da minha exoneração. O problema central era a minha presença e acção no Conselho Superior da Informação. Era aí que se projectavam as campanhas de preparação psicológica da opinião pública que, por exemplo, antecedeu o ataque ao MRPP, era aí que se estudavam propostas de saneamento a realizar no corpo diplomático — forma de atacar Melo Antunes — que eram apresentadas por elementos da V Divisão (membros rotativos no C.S.I. e que o dominavam por completo). Como é óbvio eu era um óbice a essas manobras dos comunistas de circunstância, como se poderá perceber nas gravações realizadas (ou será que também desapareceram como as da V Divisão?). Essa é a razão real da minha saída da SNT.

EXP. — Como é que vê a actual situação de «O Século», depois dos recentes afastamentos compulsivos de alguns elementos?

A. T. — Entendo que a maioria, definida pelo referendo, porque não se submete a uma efectiva direcção política e porque não respeita integralmente as regras da democracia (princípio da submissão incondicional da minoria à maioria e princípio da permanente elegibilidade e revocabilidade) acaba por cair no erro de querer afirmar a justiça das suas posições em termos de legalidade. Estão a perder de vista a legitimidade revolucionária que lhes assiste. Os trabalhadores minoritários que estão a defender as instalações com tacetes deveriam, no meu ponto de vista, ser coroados a caote. Mas há ainda julgadores de falsas virgens, há submissos da parte dos inabituados da maioria que não querem utilizar esses métodos. Agarram-se à Lei de Imprensa, a uma parte do Conselho da Revolução e esquecem a defesa fundamental dos princípios. Para mim, ou têm força ou não têm; se ganharem em escrutínio democrático, só precisam de exigir que as Forças Armadas e o Governo não intervenham — é em torno desse objectivo, do da defesa dos princípios democráticos que se ganha a força necessária, mesmo para ir contra as G-3.



## A desagregação do MFA

EXP. — O que se tem passado ao nível da informação não se pode desligar da evolução política e, em particular, do processo de desagregação do MFA. Que tipo de relações estabelece entre estes factos?

A. T. — São problemas intimamente ligados. A desagregação do MFA pode ser analisada de várias maneiras. O MFA nunca esteve consolidado, nunca pôde dirigir os destinos do país. Para compreender o que hoje se classifica de «desagregação do MFA» é preciso perceber que o MFA nunca existiu. O MFA é uma invenção para exorcizar o golpe de Estado militar, conduzido por um dado sector da burguesia, em 25 de Abril. Houve quem se esforçasse para que o MFA existisse, no sentido de utilizar o golpe de estado militar de 25 de Abril em benefício dos interesses que representava ou julgava representar.

A desagregação do MFA começou em 25 de Abril. O MFA veio a servir os vários partidos e, em especial, o Povo-CP. Em toda esta evolução, a manipulação da informação tem uma importância decisiva e que, de certo modo, não corresponde a nenhum dos esquemas clássicos dos processos de tipo revolucionário. Estou convencido que se Lenine tivesse tido a possibilidade de utilizar um meio de comunicação como a televisão, a Revolução de Outubro teria sido em Setembro.

A desagregação do MFA é concomitante com a tomada dos órgãos de informação, mas se no domínio da informação continuar a luta, vai aparecer outra vez o MFA, exactamente para tomar partido nessa disputa.

EXP. Com frases do tipo «o MFA foi sempre uma invenção» e «se Lenine tivesse inventado» parece que se está a cometer um erro grave, isto é, está-se a admitir que certas personalidades podem «manipular» os acontecimentos históricos...

A. T. — Concordo. Devo esclarecer melhor a minha ideia. O MFA é uma invenção exactamente no sentido do termo manipulação. O MFA só existe porque os partidos políticos necessitem precizar-se uns dos outros, começa por ser uma invenção dessas mesmas forças políticas. O MFA é uma invenção de toda a gente... e até uma invenção minha; quando digo que sou militante do MFA estou a dizer que quero que a F. A. se ponham ao serviço de qualquer coisa, que as Forças Armadas da burguesia se deixem dirigir por uma dada ideologia, ou melhor, pela ideologia de uma dada classe. Não há MFA, nem nunca houve MFA. Todos nós queremos pôr as forças militares ao serviço de uma ideologia, de uma política; todos nós queremos dar corpo ao MFA. Do ponto de vista da burguesia, o MFA é o grande slogan; é uma coisa que serve, que entra e sai conforme os seus interesses; já morreu várias vezes, já renasceu várias vezes, e reaparecerá quantas vezes for necessário. O MFA é um companheiro Vasco.

O MFA que eu invento não as Forças Armadas da burguesia rejeitando a direcção política da burguesia e submetendo-se à direcção política da classe operária. Este é o MFA que eu pretendo, que invento. Acredito que virá a ser possível. Quando digo que se Lenine tivesse podido dispor da televisão poderia ter antecipado a revolução, apenas quero referir a importância que os órgãos de informação sempre tiveram no acelerar ou no travar da tomada de consciência das classes trabalhadoras acerca da sua histórica vocação revolucionária.

A revolução tem leis objectivas; se Lenine não existisse teria aparecido outro, o Ulianov, por exemplo, que haveria de entender essas leis objectivas, porque sabe e foi mesmo delas própria. Se os revolucionários da altura, aqueles que estavam empenhados em preencher as condições subjectivas quando cientificamente, demonstravam estar satisfeitos as condições objectivas, usavam meios de informação potentes à sua disposição, poderiam acelerar esse processo revolucionário.

## A V Divisão organização contra-revolucionária

EXP. — Mas não foi exactamente isso o que a V Divisão tentou fazer?

A. T. — Sim, a V Divisão tentou fazer isso; mas a V Divisão é a quinta coluna da contra-revolução. Utilizou e continua a utilizar os órgãos de informação para barrar o caminho à revolução; não se dirige ao povo em geral. Não se dirige aos operários, aos camponeses, à pequena burguesia, nem às camadas da média burguesia. Não se dirige a coisa nenhuma. Através de uma campanha cultural mistificadora, tenta dizer ao povo que as condições estão criadas para que o próprio Povo-CP analise o poder, quando o próprio Povo-CP não o quer fazer, só porque não tem ordens para isso. O Povo-CP, de que a V Divisão é um polícia de captação, não é nacional e não lhe foi concedida autorização para tomar o poder em Portugal.

EXP. — Mas a V Divisão é uma emanção do MFA?

A. T. — Pois é. A V Divisão é uma emanção do MFA mas apenas porque é um dos inventores do MFA. A V Divisão é um órgão do Estado Maior General das Forças Armadas. O golpe militar de Estado teve a consciência da PIDE, do Castano, do tenebroso Estado Maior do Exército e transformou-se no Movimento de 25 de Abril; só depois é que aparece o MFA. No dia mesmo do golpe aparece a V Divisão; ela «inventou» o seu MFA, isto é, começa a assaltar a consciência de toda a gente.

Mas só chega ao poder com o golpe do 11 de Março; o dia onze de Maio. (Como toda a gente sabe, em 11 de Março há dois golpes). E aí há uma nova invenção: depois do 11 de Março, o MFA é o da V Divisão, que está organizada contra-revolucionariamente desde a manhã de 25 de Abril, quando

o povo denunciava nas ruas o golpe de Estado e o transforma em processo revolucionário.

Mas a V Divisão não deixa de ser um órgão do EMGPA e joga simultaneamente com a hierarquia anterior e com a demagogia permanente. Em termos hierárquicos, é uma «divisão» igual a qualquer outra, mas acaba por se tornar na única. Daí que se tenha dito que não há «divisões» no MFA; só há uma e é a V Divisão. Contudo, o MFA antes da V Divisão é diferente do MFA depois de este grupo ter assumido a sua posição de dominação.

Do meu ponto de vista, não se pode aceitar que a V Divisão seja uma emanção do MFA; ela procura dar origem a um certo MFA, como é natural e admitirmos que ela é o Estado Maior do Povo-CP medida em causa no processo.

EXP. — Se não são claros os meios de ataque à acção da V Divisão, como se explica a enorme capacidade de manobras que analisamos?

A. T. — E manifesta ainda é que o único partido político burguês organizado é o que tem 54 anos e não os que foram criados à pressa, que saíram de uma oposição pacífica, republicana da frente anti-fascista, ou regime fascista. O PCP, ou melhor, a V Divisão, tem todo esse poder de manobra porque o PCP tem sobre todos os outros partidos da burguesia a vantagem de uma organização notável; manteve os outros partidos da burguesia iludidos com a frente anti-fascista enquanto reforçava a sua organização própria. Esta organização serve, por um lado, para iludir os operários e camponeses e, por outro, para iludir os outros partidos da burguesia, que se mantêm a reboque do PCP e que quase não podem existir sem ele como se verificou no recente frente a frente na TV e do PS. O povo português está proibido que há mais coisas que os unem do que coisas que os separam: o amoramento desorganizado. Enquanto os outros partidos da burguesia não utilizarem os mesmos métodos maquiavélicos que caracterizam as acções do PCP, serão sempre vencidos. Pessoalmente é-me indiferente é neste momento quem quer que se localizar a V Divisão.

### Qual a responsabilidade do CEMGFA?

EXP. — Sendo a V Divisão um órgão inserido numa hierarquia, que responsabilidade atribui ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas?

A. T. — Bem, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas é o general Costa Gomes. E o general Costa Gomes tem e não tem a ver com os dois golpes de 11 de Março. O facto de a V Divisão estar debaixo das ordens do general Costa Gomes não significa que o general Costa Gomes domine a actividade da V Divisão. Se assim fosse, tudo seria simples. A V Divisão insere-se na hierarquia, mas começou imediatamente a fomentar uma guerra entre gregos

e troianos. Começou por publicar documentos vindos do gabinete do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, atacando membros do ministério. E quando se publica no «Boletim do MFA», controlado pela V Divisão, um artigo em que se criticava a acção do Governo, dizia o agente duplo Roberto de Andrade que o que em preciso era «pólos à guerra». Ainda pensei que se tratasse de uma acção de desespero da direcção da Quinta ( direcção biotélica, com um golpista, o capitão Varela Gomes e o quase brigadeiro e complotista Roberto, um Alpinos Calvo ainda não preso, um personagem interessantíssimo neste processo); mas afinal eram acções de rotina para contrariar ministérios que prosseguiam políticas que o primeiro-ministro apontava. Apontava por um lado e despoitava por outro. E nesta altura que a V Divisão

começa a dominar o Governo, a dominar tudo e a falar em nome de S. Ex.º o Chefe de Estado-Maior General.

Eis bem gostaria de dizer ao povo português que a V Divisão está com Costa Gomes; ela está, mas assim a um nível que poderia designar de galáxia. É claro que eu não posso designar completamente os interesses defendidos pelo Chefe de Estado-Maior General dos interesses prosseguidos pelo PCP. Isso seria o mesmo que esquecer que os assuntos nacionais são tratados de fora e que há interesses que dominam a nossa pátria. Mas não tenho dúvidas em dizer que a V Divisão não concernia localmente as suas acções com o general Costa Gomes: disputava-lhe a acção. O inverso também é verdadeiro!

A propósito: a sua pergunta é mesmo típica da V Divisão.

### Que se passou em Tancos?

EXP. — Um tema central da evolução do MFA é, sem dúvida, a sucessão de acontecimentos de Tancos. Há quem fale de pronunciamento, há quem fale de clarificação de tendências e há até quem fale, simplesmente, em respeito pelas regras democráticas. Qual é a sua opinião sobre este período especialmente confuso?

A. T. — Esse é outro ponto

nodal da evolução do MFA. Em Tancos houve, que eu saiba, a assembleia da Força Aérea, duas assembleias do Exército e uma chamada assembleia do MFA que não foi uma reunião normal. Tancos vai ficar na história do processo político-militar. Com Tancos aparece um outro MFA que não tinha sido expresso até aí. Tancos começa em Lisboa, numa assembleia do Exército que é gênese de toda a denúncia da manipulação que se vinha fazendo na Assembleia do MFA. Quando o Exército reúne em Lisboa e, pela vez e

pela mão de Vasco Lourenço, analisa propostas apresentadas por unidades, entre as quais a da EPI, em que se põe em causa a composição da Assembleia do MFA, começa Tancos. É aí que se exige a reestruturação dos vários órgãos do MFA. O PCP devia realizar a reunião do Exército em Lisboa, porque sabe que há 16 ou 17 elementos que estão na linha de defesa das suas posições e em ataque frontal a Vasco Lourenço. Os 17 de Alvaro Cunhal boicotaram a reunião, fazendo provocações e entrando em ataques pessoais.

### Nasce Tancos!

Na primeira reunião do Exército em Tancos aparecem duas moções. Uma dizia não à assembleia do MFA porque estava manipulada ou seja, reclamava-se a criação da HEP! boicotada na anterior reunião; a outra dizia não ao Vasco Gonçalves, qualquer que fosse o cargo ou função dentro do processo. Chamado pelo telefone, aparece V. Gonçalves que veio acompanhado de Lisboa. Apesar das tentativas de conciliação, Gonçalves teve que sair, derrotado. E aqui que acaba

V. Gonçalves e nunca mais entrará numa assembleia do MFA, a menos que consiga substituir os oficiais do Quadro Permanente por milicianos.

Ficou aí decidido, por maioria, que a assembleia do MFA não era representativa e que Vasco Gonçalves podia comprar um cuco e falar com ele. Os vencidos declararam que não desistiriam e reuniram alguns nos arredores de Lisboa. Fazer as estas reuniões da minoria lutadora, mas anti-democrática, foi pedido a Saraiva de Carvalho o Quantel General

para reunião da maioria. Nessa reunião foi defendida a tese de que não era precisa outra reunião, mas como a maioria decidiu que se devia realizar uma nova reunião em Tancos, mesmo os que não concordavam com a sua necessidade apareceram nessa segunda reunião. Mantiveram-se aí as decisões anteriores. Acrescentou-se, no entanto, uma votação informal que definiu os graus de confiança que mereciam à assembleia do Exército os seus representantes no Conselho da República.

Continua pág. 14

Major Aventino Teixeira fala ao EXPRESSO

# A história dos dois golpes do 11 de Março

(Continuação da pág. 13)

solução. Mas os princípios defendidos e aprovados nas duas reuniões do Exército acabarão depois por ser traídos na assembleia fantasma do MFA que se realizou à tarde...

Hoje, ainda estamos em Tancos. Tancos é um pronunciamento; é o 11 de Março, é o 25 de Abril. Tancos é hoje, o general Otelo sempre no CIAAC que não há sempre de Estado este fim de semana, respondendo à pergunta de um militar. Coisa linda — ele só sabe quando há! Tancos é tudo,

se não esquecermos Tancos. Mas o 11 de Março também é tudo. Tancos é a memória mais recente de quem está para aqui vindo. Tancos é fulcro; em Tancos fez-se o julgamento dos que estão presos por causa do 11 de Março; em Tancos fez-se o julgamento de Fabião, em termos de Chefe do E.M.E. Foram abolidos os que continuavam presos. Foi condenado e deixado em liberdade, sob custódia moral, o Chefe E.M.E. Isto é: Fabião continuou C.E.M.E. (sem voto maioritário — igual a Otelo

para defender depois a posição da Assembleia do Exército nas reuniões que se seguiram. Não o fez! Já não, é o C.E.M.E.).

**EXP.** — Mas Tancos é também a defesa dos princípios de funcionamento democrático dentro do MFA.

**A.T.** — Tancos é o nascimento de um determinado MFA e a defesa da organização do MFA em formas democráticas. Mas é também a tração a esse mesmo princípio.

## As manipulações no MFA

**EXP.** — Alguns analistas consideram que, desde o início o MFA tem sido manipulado por determinados elementos militares. Concorda com este tipo de interpretação?

**A.T.** — Não, não, o MFA nunca foi manipulado, nem pelo Spínola, nem pelo Melo Antunes, nem pelo Vasco Gonçalves, nem pelo Varzim Gomes. O MFA foi sempre inventado e manipulado por organizações políticas, por interesses de

classe e de camadas de classe. O aparecimento dessas personagens e de outros senhores menores dentro ou quasi no (dentro) é perfeitamente desprezível relativamente à utilização do MFA. Falta da utilização do MFA pelo Vasco Gonçalves é perfeitamente ridículo; ele é tão utilizado como o MFA, é assim utilizado como o Spínola, ao serviço de interesses políticos e materiais que utilizaram as Forças Armadas.

Utilizar este tipo de argumentos obriga-nos a mudar atrás dos Contas Gomes, dos Varetas Gomes, dos Gomes todos e de todos os

Costas andando ainda aos Gomes e aos Contas das Contas e às Costas dos Gomes e dos Alvaros, Soares e dos Mários Cunha e até do diabo, porque não isso é todo gente, apenas. É gente para queimar. No início, entre todos, a estrada é fácil, mas a saída obedece a prioridades, obedece à lei.

Melo Antunes/Varela Gomes, Melo Antunes/Fabião... Podemos defini-los depois, uma em relação aos outros, mas isso não tem nada a ver com a questão de saber quem é que domina o MFA. São essas pessoas? Não. E adiante...

## MFA e organizações paralelas

**EXP.** — O MFA tem manifestado, nas últimas tempos, uma especial capacidade para se multiplicar em mais diversas organizações, cada uma das quais se reclama, directa ou indirectamente, do MFA. Como explica esta proliferação de organizações paralelas?

**A. T.** — Como se explica a desmultiplicação do MFA? Todas as organizações que têm para apreço são outras tantas invenções, são outros MFA's, que diferem porque tanta a intenção política dessas organizações.

A Comissão de Vigilância Revolucionária e do MFA, A Frente Militar Anti-Fascista e Anti-Social-Fascista e o MFA de agora, tal como as Brigadas de Vigilância e Intervenção Revolucionária. Tudo isto são MFA's, perfeitamente iguais aos MFA's da V Divisão, aos MFA's do seu interlocutor, aos MFA's de toda a gente. Não há diferenças dentro do MFA. Cada uma destas organizações procura dizer ao povo português: «já está o MFA que vos convém».

Diz, por exemplo, o pasquin «O Século» que se está ligado à Frente Anti-Fascista e Anti-Social-Fascista a esta Frente Militar Única, que estou à frente, ou atrás, ou ao lado, já não sei bem. Ora o que conta é que essa Frente Anti-Fascista e Anti-Social-Fascista é que pertencerá ou não independentemente da vastada desmembramento que está em marcha lenta mas segura. Propõe-se liquidar «O Século» enquanto pasquin e a V Divisão enquanto Estado Maior do P. C. E.

Analisando algumas dessas organizações, poderei dizer-lhe o seguinte: A Comissão de Vigilância Revolucionária aparece como a organização clandestina da V Divisão na disponibilidade, aquela que referido, no seu penúltimo comunicado, as manobras reacionárias das Forças Armadas portuguesas, sem referir as manobras reacionaristas da NATO em relação às quais um tal Vasco Gonçalves dizia séculos flores aos marines da NATO». Esta Comissão acusa, e muito bem, que todas as manobras de um exército reacionário são reacionárias, esquece-se que as manobras de um imperialismo são imperialistas.

Mas esta Comissão já fez o seu trabalho, o seu bar-kiri, num comunicado басон, inidioso, mas muito interessante. É curioso que esta organização, que foi pinda por outras anteriores e que já deu

origem a outra (agora chama-se Associação Revolucionária de Militares na Disponibilidade), deu à luz um abeto onde se diz que os «novos se estão a unir os outros oficiais, assim denunciando uma proposta contida num documento do Gabinete de Desamidação do Exército, seu filho legítimo (ou já se esqueceram que o GDE é filho da V Divisão)? Com esta envergadura denuncia acabou esta Comissão mas já errou outra organização que, por sua vez, desaparecerá dentro de dois meses; mas certamente dará lugar a outra.

Se esta Comissão denuncia a tal aproximação de elementos dos «novos» com outros militares, será necessário perguntar quem são os outros militares que vão a esta hipótese de conciliação. A Comissão não diz, mas como remete para o documento do GDE, é preciso ir lá ver de que é que se trata. Ora este documento propõe a reconciliação entre elementos dos «novos» e elementos que elaboraram o chamado documento do COPCON. Dado que os elementos que produziram este último documento são os mesmos que se incluem na chamada linha gonalvista, lógico deduzir-se que estes são os «outros militares». Mas estão qual é a tendência que esta Comissão de Vigilância Revolucionária representa?

As tendências do MFA são definidas pelo papa político Barreirinhas Cunhal do seguinte modo: a linha dos «novos», a linha do COPCON e os chamados «militares revolucionários». O GDE propõe a ligação das três tendências, o que a referida Comissão vem denunciar. Não se percebe em que MFA é que ela está, a menos que ela própria denuncie as negociações em que está envolvida.

Mas quem pode denunciar todas estas manobras, e o fez efectivamente, é a Frente Anti-Fascista e Anti-Social-Fascista, que diz não à negociação dos «novos» com a linha que está por trás da tal Comissão de Vigilância Revolucionária.

Mas afinal onde é que eles estão?

**EXP.** — Mas há estas organizações deste tipo dentro do MFA. Por exemplo, o que pensa do SUV?

**A. T.** — É uma organização da V Divisão e, portanto, do PCP, o que lega a terra contra-revolucionária. Mas os SUV têm uma característica curiosa: são soldados de aviário. Assim como já brigadeiros e generais de aviário,

almirantes de aviário, agora há soldados de aviário.

Os soldados do actual Exército português são recrutados por dois critérios de selecção: o etário e da origem e pertença de classe, indicado que é traduzido pelas suas habilitações literárias. O soldado do Exército português é o que não chegou ao 5.º ano do liceu, é o filho, o irmão, o pai do camponês, o filho do operário, o pai ou irmão do operário.

É este o soldado de que as organizações políticas se prevalecem quando dizem que o soldado é filho do povo, que o soldado está com o povo.

Mas o que é que acontece actualmente? Os milicianos (que nada têm a ver com os soldados, porque aqui não há milicianos) não obedecem aos mesmos critérios que caracterizam o soldado: entra mais tarde, porque está a estudar; e embora possa ter a mesma origem de classe que o soldado, já não tem a mesma pertença de classe. Neste momento, há mais dirigentes na tropa como soldados, milicianos, falamente soldados, indivíduos que deviam estar como oficiais e que aparecem como soldados — ou seja, são falsos soldados, são soldados de aviário. É o caso dos ex-cadetes de Mafra: um soldado deste tipo é o mesmo que um major armado em brigadeiro de aviário. Os filhos do povo são os que estão no povo, são os camponeses e os operários.

Estes soldados de aviário andam a enganar os verdadeiros soldados; mas estes depressa se cansarão dos falsos soldados, como já se fartaram dos generais de aviário.

Eles andam encauçados porque não são aquilo que dizem ser. Os SUV's e as brigadas e as barragadas de revolucionários-convidados escondem-se porque não são povo. O povo anda de frente sua; participe em organizações legais e clandestinas, mas sempre com a mesma cara. Não posso entender neste país gente encauçada quando a revolução está à mostra, quando se pergunta «está para onde é?».

Até há capitães do Conselho da Revolução que se dizem defensores da sublevação armada, mas depois vão dizer ao Costa Gomes «coisas que só posso dizer a eles».

**EXP.** — E a Frente Militar Anti-Fascista e Anti-Social-Fascista?

**A. T.** — Não há nenhuma Frente Militar Única; isso é uma invenção de um jornalista esclarecido, e a designação é da responsabilidade dele. O que existe é uma frente anti-fascista e anti-social

fascista, e só isso tem sentido em termos militares, já que não se pode aqui ainda aplicar o conceito de Frente Única. Também quer dizer alguma coisa sobre esta Frente, até porque faça parte dela, como muitos outros militares, polarizados por um programa mínimo em que se define como combater o fascismo e o social-fascismo. Desejo a constituição de tal Frente até como defesa e enquanto oficial do Quadro Permanente.

Estes oficiais foram, nos últimos treze anos, recrutados nas camadas mais desfavorecidas, da pequena burguesia, revelando mesmo para as camadas trabalhadoras, operários e camponeses. A grande burguesia não queria já a carreira militar; a média burguesia desviou os seus filhos para as profissões liberais; as classes mais desfavore-

cidas tiveram que vender os seus filhos para a tropa, para a guerra.

Por tudo isto, penso que há um sentimento comum entre os oficiais e os sargentos do Q. P. que, de facto, têm origens familiares muito semelhantes. Isto explica o fascismo que os militares do Q. P. têm por qualquer Frente que lhes garanta a defesa perante as múltiplas formas de instrumentalização de que têm sido vítimas. Estes é que são, de facto, os homens que estão próximos dos soldados, porque estão próximos do povo.

Esta Frente é a grande promessa que aparece aos militares que de alguma forma se sentem oprimidos, ainda que sem saberem exactamente porquê. É a essa necessidade que responde a constituição da Frente, mas que terá

que ser satisfeita através de um conjunto de princípios democráticos muito bem definidos; sem isso acabaria por cair numa MDLP qualquer. E essa necessidade é tanto mais sentida que se pode dizer que esta Frente existia mesmo antes de estar constituída.

Os partidos políticos não têm nada a ver com isto, e é importante que isto fique bem claro. Quando se diz que é uma frente anti-fascista e anti-social fascista não se está a querer dizer que este partido é fascista e aquele é social-fascista. O que os militares têm que saber é o que é o fascismo, mesmo que ele venha com roupagens socialistas. O que importa é o critério prático que permita identificar o que são as acções fascistas e social-fascistas, ou seja, o que é o fascismo.

## Estratégias golpistas

EXP. — Até aqui, os diversos partidos têm utilizado os militares para prosseguirem as suas estratégias. Em particular, não seria a primeira vez que se utilizasse a manobra do golpe e do contra-golpe e de novo se fala dessa possibilidade a curto prazo. O que pensa disto?

A. T. — Houve uma grande conquista dos militares do quadro permanente a partir do encucado do documento dos «vivos»: perceberam que tudo se passa em termos de golpes e contra-golpes; preparam-se golpes e que se contra-ponem contra-golpes. Os elemen-

tos que prepararam o documento dos «vivos» e os que lhe estão mais próximos vigiam-se mutuamente para que nenhum deles possa dar azo a que se desenvolva esta dinâmica de um pretensão golpe que será certamente seguido por um contra-golpe vitorioso. Os especialistas do contra-golpe têm que arranjar outras formas de acção. A partir da última assembleia do MFA, os que foram acusados de golpistas recusam-se a dar o golpe, recusam-se a embarcar num novo 11 de Março.

É por isso que os estrategas do contra-golpe se viram obrigados a alterar a sua táctica. Não conseguindo levar os militares mais instrumentalizados a dar o golpe ou a praticar qualquer acção que

permitisse o seu posterior aproveitamento, esses estrategas viram-se obrigados a fazer pesões nossos sentidos, chegando mesmo a estabelecer ligações com os MDLPs e os ELPs. Vai sendo cada vez mais difícil empurrar os militares anti-fascistas e anti-social fascistas quer para as tenebrosas posições MDLP/ELP quer para as falsas posições de alternativa de «esquerda» (PCP e seus locais).

A estratégia do PCP, que é a do contra-golpe, falha quando não há o golpe. A única solução que têm é servir-se do MDLP, com quem já fazem o grande namoro. É que o PCP não consegue provocar os militares anti-fascistas e anti-social fascistas a sair das unidades; sem isso, nada pode fazer.



Esgotada essa possibilidade, o PCP fara todas as alianças com a extrema-direita, numa tentativa nem sequer desesperada para fazer saltar alguma unidade. É é para isso que é preciso manter a mais apertada vigilância. Enquanto nós, os tais da direita, dissermos não ao golpe, eles os de «esquerda» terão que arranjar alguém que o faça.

É há ainda outro importante aspecto a ter em conta em todas estas manobras: o PCP terá que

focar o golpe e dar o natural contra-golpe antes do julgamento dos implicados no 11 de Março, porque se o julgamento se faz antes do golpe terá que se fazer o julgamento do contra-golpe, ou seja terá que se fazer o julgamento de quem preparou o 11 de Março. E o povo português já sabe quem foi e que estava tudo combinado. E a tropa também sabe quem são os verdadeiros militantes do PCP que estão infiltrados e ainda não apareceram.

## O plano dos coronéis

EXP. — Muito se tem discutido sobre a questão da disciplina nas F. A. e, semelhança há um mês e meio apareceu um célebre «plano dos coronéis» que pretendia atingir esses objectivos de uma disciplina de tipo tradicional. O que é que pensa do conteúdo desse plano e qual é o valor de verdade que lhe atribui?

A. T. — A disciplina é exigida por toda a gente. Mas a disciplina é também um conceito de classe e que tem um especial significado para os militares. Muita gente discute a questão da disciplina e as mais graduas figuras militares apresentaram propostas nesse sentido, desde o retorno a quartas até à criação de vinte companhias de mercenários. Mas o que se deve perguntar sempre que se fala de disciplina, é que a disciplina em si mesma permite todo o tipo de aproveitamentos. A disciplina é uma questão de autoridade, mas é também a transformação das Forças Armadas.

Mas há coisas mais concretas que vale a pena tratar aqui. Esse famigerado «plano dos coronéis» que fonte militar fidedigna faz chegar a «O Século» e a todos os outros jornais que estão ao serviço do PCP, é um tema muito interessante. Pode mesmo dizer-se que este «plano» é uma questão central e com um interesse tal que bem merece não ficar nos arquivos do «sucesso» de um dado quotidiano. Este «plano» em dez pontos foi apresentado com o seguinte

título: «a reacção tem um plano para restaurar o fascismo».

Uma análise atenta dos pontos que ali se incluem será certamente muito instrutiva e não resisto a deixar aqui alguns apontamentos para essa análise.

O que penso disto e o que muitos militares pensam disto é o seguinte: este plano é efectivamente um plano de coronéis, ou melhor, de todos os coronéis que querem tomar o poder. Mas, para mim e para muitos outros militares quem fez este plano foi o coronel Alvaro Barreirinhas Cunha, que poderá ser mais um coronel de aviário, mas não deixa de ser um coronel. Este plano é do PCP como é o do PPD ou do CDS e será de todos os partidos que não querem destruir o aparelho de Estado existente mas não se permitem para participarem no poder. Mas vamos a factos. O primeiro ponto do plano é o domínio do Serviço de Detecção e Controlo da Informação (SDCI); basta perguntar quem é que está lá; não é o Alameda Coimbras, que manteve relações com o MDLP a protesto de que a contra-informação soava por justificar tudo? De que «coronel» é o controlo deste serviço? Este ponto está assegurado.

Segundo ponto: controlo dos Serviços de Relações Públicas e Dinamização das Forças Armadas. Quem montou todo este sistema senão a V Divisão? É o plano dos coronéis, de facto. Mas é também o plano do coronel Cunha, executado através de Ramiro Correia e Varela Gomes. Também aqui Cunha tem o pé.

Terceiro ponto: formação do AMI. Que é dos coronéis, não duvido; mas é tanto deles como do coronel Cunha. Não era ele que clamava por autoridade no IV e V Governos Provisórios? É preciso autoridade, é preciso que devolvam as armas (de quem é a autoria do decreto?). E não é verdade que o Cunha está a fazer o AMI dele ao «sovietizar» as unidades? Não está a tentar fazer dos paraquedistas uma unidade para ele? E as Caldas? A formação do AMI é um ponto básico do plano do coronel Cunha.

Criação de um corpo de polícia de choque, é o quarto ponto. Quem o tem, quem o quer, não é o coronel Cunha? Não foi ele que mandou assassinar, matar, saquear?

Quinto ponto: alterar a política em relação ao MPLA. Não é isto mesmo o que o coronel Cunha andou a querer fazer nos últimos dias? Difícilmente se encontraria demonstração mais clara.

Sexto: ocupação militar da rádio e da TV. Mas quem é que ocupa a TV? A EPAM, minada pelo PCP, sob comando do coronel Cunha; ele é que é o comandante da EPAM.

Sétimo: dissolução e extinção de unidades militares progressistas e saneamentos à esquerda. Não restam dúvidas que o coronel Cunha se empenhou em destruir unidades progressistas como, por exemplo, o CIAAC, através do seu leito MÉS. Quanto aos saneamentos à esquerda também queria dizer o seguinte: como é que o coronel Cunha permite que se

publique nos seus pasquins uma lista de sanados à esquerda onde me põem ao lado do Vasco Gonçalves, do Corvocho? Quando é que há um mínimo de pudor? Como é que se permitem chamar-me sanado à esquerda ao lado do indivíduo que me sanou? Porque é que eu sou sanado à esquerda com o Vasco Gonçalves?

Oitavo ponto do «plano dos coronéis»: controlo absoluto do Conselho da Revolução. Como se isto não fosse, desde sempre o plano do coronel Cunha? Alguém terá dúvidas?

Mas há aqui uma nota adicional muito curiosa: «afastamento de Otelio e Fabião». É isto que leva o Fabião e o Otelio a abraçarem-se como irmãos; eles acreditaram nisso. A estratégia do PCP é, neste ponto, exemplar e valerá a pena retomar a sua análise mais à frente.

Ponto nove: colocação nos lugares chave do grupo dos «novos» de homens da sua confiança. É um desajo do coronel como outro qualquer.

Dez: campanha de desinformação nos órgãos de Comunicação Social. Esta é: mesmo para mim.

Uma inteligência meridiana compreende que o autor deste plano só pode ter sido o coronel Cunha. Ele segue isto rigorosamente. Se se quiser chamar ao Melo Antunes coronel Melo Antunes ou ao Mário Soares coronel Soares, também não acho mal. Mas o Soares é um paisano na tropa, enquanto que o Cunha é um coronel.

Mas onde é que está aqui o ponto em que o coronel Cunha é promovido a general? Tudo isto

é o plano de todos os coronéis e de todas as burguezias. Mas há um elemento que escapou a toda a gente e que é o centro da estratégia: na altura em que este texto é conhecido, o general Otelio e o Fabião não tinham nada a ver um com o outro, estavam em ruas diferentes. Mas com isto Cunha une-os. Ficam a pensar que vão ser esmagados pelos coronéis e juntam-se; mas não têm nada a ver um com o outro: o Fabião está para o Otelio como um pequeno moirão está para o Himalaia.

O Otelio é que embarcou nesta conversa dos coronéis e embarcou de tal maneira que me ofendeu. Quando fui a Moçambique, o Lázaro Gonçalves (ressuscitado a pedido) com o Otelio, chamavam-me o «coronel Aventureiro» já a 24 de Julho o Otelio conhecia o «plano dos coronéis» e aliinha na conversa provocatória do Gonçalves, como ele próprio me confirmou mais tarde, pensando que eu estava metido nessa coisa dos coronéis quando, afinal, aquilo era o plano dos Cunhas. Eles que vão chamar coronel Aventureiro a quem quiserem, menos a mim. Claro que no meio disso tudo, o Cunha é o mais seguro, ao ponto de denunciar os coronéis com o plano que ele próprio faz.

É importante desfazer o equívoco que foi criado por este tenebroso plano. Otelio e Fabião nada têm a ver um com o outro. Fabião já propôs uma vez, no curso dos maiores, antes do 25 de Abril, que nos metesemos na revolução para fazer o desvio quando oportuno. O Otelio pode dizer dispersos, mas não foge ao confronto.

# Os golpes e contra-golpes



que estamos a viver





## **Aliança Povo/MFA com um voto contra**

**EXP.** — Ao longo dos muitos meses do que se passa na sociedade portuguesa, muitas vezes se dá a ligação Povo/MFA e também muitas vezes terá havido acontecimentos (devidos dessa mesma ligação). Como é que há este tipo muito especial de manipulação política?

**A.T.** — Nunca nenhuma personalidade política se afirma se não ancorar à defesa dos interesses populares. Isso está na cabeça de todos os coronéis, de todos os dirigentes políticos. O que se deverá perguntar é o que é que efectivamente se fez em benefício dos interesses populares. O que é que fizeram os elementos do MFA e os partidos para respeitarem as formas de organização popular que existiram imediatamente antes e após o 25 de Abril?

Os partidos políticos e o MFA em estado desatentos às tarefas de defesa efectiva dos interesses populares. Os interesses concretos

do povo português manifestam-se através das organizações da vontade popular, das comissões de trabalhadores, das comissões de moradores, etc.

Acresce desses órgãos, o MFA e os partidos pronunciaram-se. É sobre isso terá que se dizer que os partidos e o MFA contrariaram os interesses das classes trabalhadoras. Depois de ter assinado o pacto com os partidos, o MFA pronunciou-se sobre este aspecto num documento em que se analisava a questão da aliança Povo/MFA. Mas o que aí se propunha era simplesmente pôr em cima dos órgãos da vontade popular uma pesada estrutura de comando tripartido, onde se encontravam a via popular, a via MFA e a via aparelho de Estado, ficando na cúpula o Conselho da Revolução. Reconheciam-se os órgãos nascentes de base, mas logo eram abafados por toda a estrutura que se lhes punha por cima, acabando por retirar todo o sentido aos órgãos fundamentais que são aqueles que emergem dos interesses populares.

Em reuniões prévias de discussão desse documento, apareceu uma primeira versão em que, curiosamente, se afirmava que tinha acabado a luta anti-fascista, o que mostra o tipo de equívocos que alguns estavam interessados em difundir. Alguns militares recusaram-se discutir um documento que logo nas primeiras linhas tivesse coisas deste estilo.

Este era o plano do MFA da altura e, mais precisamente do partido que manteve uma hegemonia efectiva, o PCP. Quando se pôde à votação, e aprovado por maioria menos um, que é o Vasco Lourenço. A posição de Vasco Lourenço, que só é exposta depois da votação realizada, é muito simples: propôs apenas, com a sua especial intuição política, que se deixasse desenvolver livremente as comissões de trabalhadores e de moradores sem as destruir à partida com uma organização que não lhes permitia uma adaptação efectiva aos interesses populares. Era tão simples e tão importante!

Os interesses populares são sempre invocados. Agora defendê-los é outra questão. É preciso ser Vasco Lourenço; só ele defendeu os interesses dos trabalhadores, se entendermos que os seus interesses se manifestam através dos órgãos que criou.

### Angola: que reconhecimento?

EXP. — Depois de termos percorrido alguns pontos de ordem geral, será altura de passarmos a pontos mais específicos. Qual é a sua posição quanto ao que considera que Portugal deveria fazer em relação à independência de Angola?

A. T. — Não posso situar-me dentro dos problemas do Governo ou dos problemas do Conselho da Revolução, ou seja, não posso dizer o que faria se estivesse no lugar dessas posições. Portanto, poderei responder de uma forma muito mais livre e colocar a questão em termos do que, em minha opinião, deveria ser a posição de Portugal e dos portugueses.

Entendo que o povo português só tem que dizer o seguinte: o povo português demitir-se da tarefa de colonizar, de ser um colonizador indirecto. Os governos que o povo angolano decidir reconhecer são os governos que o povo português reconhece. Isto é, o povo português está com o povo angolano e reconhece a independência do povo angolano em relação à dependência que tinha do colonialismo português. Mas não tem que se pronunciar sobre mais nada.

Os acordos de Alvor foram impostos pelos movimentos de libertação vitoriosos e denunciados por eles quando consideraram que não estavam adequados a situação política em Angola.

O povo português só tem que se retirar e admitir que não tem nada a ver com as disputas entre os três movimentos. Tem mais a ver a OUA com essas questões do que o povo português.

O povo português tem a obrigação de, neste caso, desrespeitar todas as regras diplomáticas, continuando a reconhecer o povo de Angola mas não interferindo nas opções políticas internas dos angolanos. Essa é a única opção compatível com o internacionalismo proletário. Neste sentido, Portugal deveria ser o último país que deveria reconhecer qualquer governo em Angola. Não há mais réditos a recolher das antigas colónias, por mais que alguns tenham defendido as hipóteses de estabelecer ainda formas de neo-colonialismo. Nós só temos que reconhecer o povo e não os governos. A menos que se queira fazer a farsa do Brasil, que reconhece o governo que está na capital — ou seja, reconhece-os todos e nenhum.

Isto entronca noutra coisa, na única organização militar revolucionária, a RPAC, que sempre disse, e continua a dizer, «nem mais um embaixador, «regresso dos soldados». Nós não podemos reconhecer nada; só nos podemos retirar. E só perceberemos que essa é a única posição possível depois de compreendermos que fomos e somos lacaios do imperialismo.

Claro que eu sei o que vai fazer o Conselho da Revolução. Eles vão fazer o que consta; eles estão à espera de saber o que consta para depois decidirem.

### O bombismo de Estado

EXP. — Quanto ao tema Rádio Renascença e ao recurso a cargas de plástico para destruir os emissores, gostaria de saber qual é a sua posição.

A. T. — É tudo incorrecto; é incorrecta a bomba, como é incorrecta a acção de alguém que cala a voz de quem quer que seja. Mas a utilização dos meios de intervenção, neste caso a bomba, é um problema do Conselho da Revolução, da natureza do poder de Estado. Podiam-se utilizar outros meios, mesmo que fosse através de formas menos agressivas. Ainda se houvera uma acção que conduzia ao silêncio. A bomba é uma forma de silenciar. Se a questão que se quer discutir é a do bombismo, pode sempre recorrer-se aos artificios a que já estamos habituados. «Não às bombas! Bombas!».

Não tem sentido discutir o valor moral dos métodos que foram ou podiam ser utilizados. No Conselho da Revolução houve quem não concordasse com o método,

mas todos estavam de acordo quanto ao resultado final.

EXP. — Numa entrevista consigo não poderia deixar de lhe perguntar qual é o tipo de relação que estabelece com o MRPP, que normalmente se associa ao seu nome e às suas posições, mesmo dentro do MFA.

A. T. — Essa questão já está mais do que esclarecida no seio do Esdréito. A minha ligação ao MRPP foi tratada numa reunião no Centro de Sociologia Militar em que pude esclarecer a minha posição acerca dessa questão. Apertadamente, as pessoas estavam muito preocupadas acerca dessa minha proclamada ligação e pude declarar alto e bom som (isso foi gravado mas deve estar junto das cópias que algum encapuçado de mão leve resolveu desviar para lugar que considero seguro) que era militante do MFA e simpatizante solermino do MRPP. E tentei explicar qual era a minha ligação ao MFA e o que era a realidade MRPP. Procurei mostrar que o MRPP era o aliado natural dos militares patriotas, democratas e anti-fascistas. Efectivamente, eu penso que tenho muito que ver

com o MRPP, mas o MRPP é que não tem nada a ver comigo.

Aceto as acusações que me fazem quanto às minhas ligações com o MRPP. Mas é preciso não esquecer que muitas dessas acusações são feitas em função do contencioso existente entre o MRPP e o PCP, e que deriva da análise que foi feita pelo MRPP da prática política e dos objectivos do PCP. E, como é natural, eu estou envolvido nesse processo. Não é por acaso que o PCP procura, por todos os meios, afastar os militares que poderiam vir a tomar posições justas, patrióticas, democráticas. E não é por acaso que a esses militares se atribuem ligações com o MRPP. Como partido marxista-leninista, o PCP é a mais completa fraude, e isso qualquer maior perdoe. A minha simpatia pelo MRPP é assim um resultado da minha antipatia pelo PCP. Acima de tudo, sou anti-fascista e anti-social fascista.

CARNEIRO, **Sá Carneiro** PRESSO:

# «É possível e necessário governar sem o PCP»

FIGURA controversa, fora e dentro do seu partido, secretário-geral eleito do Partido Popular Democrático, Francisco Sá Carneiro responde às perguntas que EXPRESSO lhe coloca sobre a actual situação política e a localização actual do seu partido no espectro político português. A sobrevivência do VI Governo Provisório, a questão das relações do PPD com o PCP, a proposta de uma unidade de acção dos partidos democráticos, a denúncia daquilo que considera a estratégia da "linha dura de Moscovo" — eis alguns dos temas que o secretário-geral aborda no decurso da entrevista.

**EXP — SE ESTIVER de acordo, começamos pela actualidade. É um pergunta-lhe directamente o VI Governo como está e para onde vai?**

**SÁ CARNEIRO —** Está mal, por falta de meios do Governo, e pela oposição que o Partido Comunista lhe move, dentro e fora do aparelho de Estado. Vai — cipo — para uma maior clarificação política e para uma autentica eficiência, desde que a situação militar seja resolvida, com a substituição da indisciplina reinante por uma autentica disciplina militar e desde que o Partido comunista retire as consequências da oposição que faz ao Governo, deixando de fazer parte dele.

**EXP —** Quer-lhe dizer que existe, entre o PSD e o PCP, a possibilidade de participação simultânea no Governo, uma incompatibilidade. Essa incompatibilidade é momentânea ou deriva da inconciliabilidade dos objectivos com que cada um participa no Governo?

**S. C. —** Nós aceitamos este Governo tal como foi formado, e sempre lhe demos a nossa colaboração plena, na medida das nossas possibilidades. Não sucedeu assim com o PCP. Começou por pretender apoiar o Governo, na medida em que estava nele representado, ou seja, como está representado na proporção da sua percentagem eleitoral minoritária, isto equivale a apoiar o Governo minoritariamente e a fazer-lhe oposição maioritariamente.

Em seguida, o PC tomou uma posição ainda mais clara, e confessou que o fim que visava atingir era o derube do VI Governo Provisório, visto que só assim se pode reforçar a posição dos comunistas,

evitando a participação do nosso partido. Logo no início da vigência deste Governo, o PCP desencadeou uma campanha de ataques sistemáticos ao nosso partido, como meio principal de atacar o próprio Governo. Ora, nós participámos no Governo acreditando que os três partidos acreditavam o acordo que estava na base da "unidade de acção" a que se referiu o Almirante Pinheiro de Azevedo no discurso de posse. Isto torna mais inadmissível ainda a actual posição do PC relativamente ao VI Governo. É esse o dilema. Nós entendemos que é tal a gravidade da situação que o Governo não pode ser afectado por uma posição estranhante como seria a de não querer permanecer no governo enquanto não estiver representado o PC. Se por isso continuamos a cooperar com o VI Governo: o cumprimento do seu programa é, talvez, a última hipótese de salvação da democracia no nosso país.

### **«PS-PCP: rumores sem fundamentos»**

**EXP —** Em todo o caso, essa "unidade de acção" a que se refere pode estar a ser tentada noutras zonas políticas. Concretamente, fala-se de uma aproximação entre o Partido Socialista e o PCP...

**S. C. —** Fala-se?

**EXP —** Com o que sim...

**S. C. —** Bem, falou-se disso quando do encontro promovido pelo Presidente da República em Belém. Depois, e dada a situação clara que o Partido Socialista tomou, deixou de se falar nisso.



**EXP —** De qualquer forma, ainda se S.º não quiser, da 6.ª na Conferência de Imprensa do seu Partido, (isso que uma aliança entre o PS e o PCP seria anti-democrática).

**S. C. —** Exacto. E isso precisamente para desmentir os rumores motivados pela iniciativa do Presidente da República. Dada a posição do Partido Socialista, essa hipótese ficou definitivamente prejudicada.

## Um plano para outro Governo

S. C. — O que se fala é de outra coisa, de outro plano e de outro Governo. Mas não será propriamente com base na aliança do PS com o PCP que esse governo será formado.

EXP — Então, será na base de...

S. C. — ...na base de um plano que conta ter sido elaborado no Estado Maior do Exército, plano esse que visa a constituição de um VII Governo, assente na doutrina do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, passando pela constituição de um Exército popular, a caminho de uma autêntica democracia popular.

De harmonia com esse plano é que se fala, o Governo seria constituído de forma semelhante ao V Governo, com pseudo-independentes, possivelmente sob a égide do General Vasco Gonçalves.

EXP — Parece, portanto, que estamos numa encruzilhada para o PPD é preciso que o clima de disciplina militar termine. Para outras forças, eventualmente para o PCP, é preciso também que alguma coisa mude. Concretamente em relação à disciplina militar, parece-lhe que será necessário proceder a uma remodelação ao nível das chefias militares?

S. C. — Creio que é inevitável. De resto, depois do desafio feito ao Conselho da Revolução pelo General Otelo, não vejo como é que essa remodelação pode deixar de ter lugar. Ou se remodelam os comandos militares que concentram o Conselho da Revolução ou se remodela o Conselho da Revolução.

EXP — É essa também a opção do dr. Cunha ou uma coisa ou outra...

S. C. — É o fim que ele quer atingir: reintroduzir no Conselho da Revolução os oficiais que ele designa por "progressistas", e que não são mais, no fundo, do que os oficiais "gongalvistas". Estamos pois numa encruzilhada: é evidente que, pela nossa parte, só admitimos uma decisão no sentido democrático, pelo cumprimento do programa do VI Governo Provisório. Eu e o meu partido enganhar-nos-emos a fundo neste sentido, e espero que o PS faça outro tanto, embora a ameaça velada, feita pelo dr. Mário Soares, de constituir um governo PS-MFA...

EXP — Posição que lhe parece ambígua...

S. C. — Ambígua, na medida em que aparece como ineffectivo: é que o PPD nunca fez oposição ao VI Governo Provisório. Perigosa porque pode abrir caminho à prorrogação do tal plano de derrube do conselho da Revolução e do VI Governo Provisório.

## O PPD e as acusações de Soares

EXP — Mas poderá pôr-se a hipótese de ser incompatível com a continuação do processo rumo ao socialismo a presença no governo de um partido cuja sua direita se está mais à direita do que certos dirigentes do CDS...

S. C. — Bom, isso é um outro tipo de ataque, igualmente rocho à democracia portuguesa e ao VI Governo Provisório. A afirmação que refiro foi feita pelo dr. Mário Soares, na sua entrevista de sábado passado ao EXPRESSO; é uma afirmação infeliz. Entendo que um chefe de partido, quando quer intrinsecar-se na vida interna dos partidos, deve estar-se, sobretudo, ao seu e não falar do que não conhece.

Efectivamente, o dr. Mário Soares não concretizou qualquer das suas afirmações, de forma que apenas aí posso ver um ataque ao nosso partido e à social-democracia. Nunca, dentro do PPD, houve divisões ou alas, e muito menos uma ala direita, e muito menos ainda à direita do CDS. Tudo isto são especulações gratuitas. E admito-me que o dr. Mário Soares delas se faça eco, depois de ter reposto verdades sobre o nosso partido, durante o frente-a-frente com o dr. Álvaro Cunhal, em resposta aos ataques que él nos estavam a ser feitos.

EXP — Mas essa defesa pode ter sido determinada mais por motivos pragmáticos, de conservação a nível de governo de uma força eleitoral importante, do que propriamente por proximidade ideológica. Em outras ocasiões, e dr. Mário Soares acurou com mais vigor o carácter democrático e progressivo do PPD...

S. C. — ...e o seu carácter social-democrático também!

EXP — Sim, e isso levanta uma outra questão. Por exemplo, na sua entrevista ao EXPRESSO, o dr. Mário Soares afirma que o espaço político ocupado pelo PPD é muito mais limitado que o do PS.

S. C. — O que seria muito conveniente para o PS — se fosse verdade.

EXP — Mas não é?

S. C. — Não é. Eu não me recordo já de quando é que o dr. Mário Soares reconheceu expressamente o carácter social-democrático do nosso partido, mas fê-lo mais de uma vez. Agora, retoma uma linha anterior, que apareceu por altura do nosso I Congresso e que pretendo que o PPD é um partido liberal. A uma vez mais, o dr. Mário Soares demonstra desconhecer o nosso partido, qual a sua base social de apoio, quem são os nossos militantes, na medida em que contesta o apoio dos trabalhadores do nosso partido. Ora, esse apoio existe e é significativo. Mas tudo isto leva-me a crer que a contestação do carácter social-democrático do nosso partido, por parte do PS, visa obter vago um espaço político, que é o espaço social-democrático.

Na verdade, o espaço que ocupamos é muito claro, como clara é a nossa proposta social-democrata, quer em termos de programa, quer em termos de actuação, quer em termos de base social de apoio. Simplemente, e na medida em que a social-democracia é a via que melhor convém ao nosso país, ela é contestada por forças como o Partido Socialista e o próprio CDS, que desejam ocupar, segundo parece já numa perspectiva eleitoralista, o nosso espaço próprio.



### O PPD é uma força social-democrata

EXP — Esta questão é quase cíclica, a propósito do PPD; as pessoas não amam a ela...

S.C. — É, e curiosamente isso acontece quase sempre nas vésperas de acontecimentos importantes da vida do partido: foi antes do nosso Congresso, foi a campanha divisivista antes do meu regresso, antes da reunião do Conselho Nacional que o efectuou, e é agora, antes do nosso próximo Congresso. São estranhas coincidências. De qualquer forma, estas situações são ecivas ao nosso partido e ao VI Governo. Neste momento, é mais necessária a unidade em tomo do Governo do que

o desenvolvimento de campanhas eleitoralistas.

EXP — Defendo então uma espécie de "aliança natural" entre o PPD, o PS e o CDS — ou o CDS não é um partido democrático?

S.C. — O CDS é, indubitavelmente, um partido democrático. A meu ver é um partido conservador, mas democrático. Não defendo uma aliança, defendo sim uma acção unitária de apoio ao Programa do VI Governo Provisório.

Qualquer aliança, a meu ver, só depois das próximas eleições legislativas poderão ser estudadas e aplicadas; mas isso não exclui uma certa unidade em defesa da democracia, unidade que resultou nas manifestações do Porto, Faro e Lisboa.

### Relações com o PS e o CDS

EXP — Partido a partido, neste momento, portanto as relações com o PS são de entendimento sobre o essencial?

S.C. — São boas relações e, como dir, de entendimento sobre o essencial, tomando como essencial, neste momento, a defesa da democracia e das liberdades que nos foram realitadas com o 25 de Abril.

EXP — E o CDS?

S.C. — Com o CDS não temos tido praticamente quaisquer contactos bilaterais.

EXP — No entanto, um comunicado recente da Juventude Centrista dirige violentas críticas ao PPD, acusando-o de ser um partido oportunista e direita...

S.C. — Eu não conheço o comunicado, mas reflectindo sobre a afirmação que me citou, assim desagrada, creio que ela revela os reacamentos de quem não aceita a sua sinceridade conservadora. De resto, a nossa JSD tem respondido aos comunicados da Juventude Centrista, bem como aos ataques do Partido Socialista, uns e outros ditados, ao que supombo, pela inquietação que ambos os partidos sentem face à nossa força política.

EXP — Mas, no entanto, é um facto que depois do seu regresso à efectividade como secretário-geral do partido, aumentaram os rumores de que o PPD estaria a experimentar uma viragem à direita. E esses rumores alargaram-se mesmo a militantes do partido, que se que se pronunciaram contra o meu regresso, quer se que o interpretam como sintomas de uma inflexão na linha política do PPD.

S.C. — Essas afirmações, que tenho visto reproduzidas em alguns órgãos de informação, gostaria de as ver explicitadas.

## Não há alas no PPD

Entrevista  
conduzida  
por  
António

da Ferreira

EXP — Disse há pouco  
existem, dentro de  
muito menos um  
uma ala esquerda?

S. C. — Tão  
também tem  
pergunta anterior.  
meus discursos em  
pronunciados por  
do partido, pelos  
à Constituinte, m  
ário-Geral não s  
nestrums, socie  
que fez da escola  
aventureirista do P  
contrário. De resto  
partido não se relac  
e que eu não actu  
órgãos nacionais  
locais, muito meno  
É evidente também  
não adopta uma  
política sem que  
discutido pelos  
tios.

As posições que  
são, assim, me  
consciência da  
pessoal com a  
dária. Esses rumo  
meias especulações  
em factos...

EXP — Mas há  
factos. Por exemp  
relações do PPD em  
tos separatistas de A  
deira.

S. C. — Bom, se  
eu quem está em  
já é diferente.

EXP — Mas há  
S. C. — Mas há  
enfoque.

S. C. — Quanto  
PPD com a FLA, é  
uma posição muito  
ção aos Açores, que  
uma maior anim  
administrativa e h  
não pela independ  
vimento pela inde  
Açores aliatos de  
uma forma muito  
que como reacção  
tomada do poder p  
— perigo que é m  
tema não se trata  
tenacidade, antes d  
actual governo. Q  
este esse perigo, q  
trajam como m  
Açores.

De resto, há inte  
de independência p  
deixar da influen  
açorianas. E é com  
de S. Tomé, S. Tou  
tem as governaçõe  
de independência q  
claro que assim se  
para as reacções  
mas elas não s  
nem apontadas pela

## apoiar

Quando há pouco se re  
fomacões de que o PPD  
pela sua natureza com  
revoicçãoário, afirmou  
acusações ignora uma  
fundamental que é a de  
de apoio do seu partido.

Bem, eu referia-me a  
pósito das afirmações de  
Soares de que não  
um partido social  
do. Quem normalmente  
de não estarmos com e  
revoicçãoário não se  
a com esse tipo de  
recore a outros, mal  
ados e menos imagina  
do fundo são a reprodução  
mentos constantes do  
comunista — quem não  
a os comunistas é contra  
revoicçãoário.

Defende, portanto, que  
de apoio do PPD legi  
tido como forças social  
istas?

Concretiza. A nossa  
acompanha de perto  
monstração nos sectores  
vez, e isto já diz muito  
nossa base social de  
outro lado, num país  
mo, em que o operariado  
praticamente igual, em  
m, ao sector dos tra  
rurais e ao dos em  
se conta de outrém do  
sário, ou seja fun  
empregados por coiza  
social-democracia  
bascar-se apenas no  
industrial. Nós temos  
erfeios entre os novos  
Temos também pe  
cultores, pequenos  
e funcionários. O  
uma é que a esquerda  
em país imaginário, em  
ariado industrial consti  
larga classe, organizada  
a. Esse não é o país real.  
social de apoio não di  
tempo, da do PS.

Como eleitoral existem di  
que enas jogar contra o  
se sabe, o voto táctico  
conservadoras foi dado  
do PPD. Só isso, afinal,  
que o PS tenha ganho as  
zonas de predominân  
servados ou burgueses;  
na, na Estrela, em  
Lisboa. O PS parece  
do caso. E é sintomático  
entrevista ao EXPRESSO,  
Soares tenha falado  
do PPD e do pouco do seu  
ponto.

## A independência de Angola

6

**EXP** — Vamos voltar ao VI Governo. Este defronta-se, neste momento, com os problemas criados pela independência de Angola. Por outro lado, a posição a tomar pelo estado português face ao Estado angolano (reconhecimento ou não do Governo de Luanda formado sob a égide do MPLA) parece estar a provocar divisões a nível das instituições político-militares. Qual a posição do seu partido?

**S.C.** — O problema com que o VI Governo se defronta é mais o das consequências da independência do que o da própria independência. Efectivamente, a questão da descolonização nunca diz respeito ao governo, mas sim à Comissão de Descolonização. A descolonização esteve sempre à margem dos sucessivos Governos Provisórios. Quanto às pretensas divisões nos órgãos do poder sobre o reconhecimento do Governo de Luanda, o que houve foi uma intensa especulação criada por certos órgãos de informação politicamente caracterizados, com o objectivo de, depois de derrotada a tese do reconhecimento do Governo formado pelo MPLA, reanudar a questão com intuito de agitação política. O que é lamentável é que o que sobre isto tem vindo a ser publicado no "Diário de Notícias", no "Século" e no "Diário de Lisboa" parece resultar de informações de carácter não oficial que foram discutidas no Conselho de Ministros e no Conselho da Revolução. O que consta, no tocante à posição do Conselho e de alguns ministros, é inexacto. Mesmo depois da independência de Angola, as relações com os novos Estados africanos de língua portuguesa e a orientação de toda a política externa dependem da sanção do Conselho da Revolução, de acordo com o disposto no Pacto MFA-Partidos. Quanto às divisões dentro dos dois órgãos, elas são pouco existentes. Ambos decidiram não reconhecer o Governo de Luanda, o que de resto está de harmonia com os princípios de direito internacional e com os nossos interesses.

**EXP** — Quer dizer que é especulativa a notícia dada por alguns jornais de que o PS e o PPD teriam exercido pressão amosaçando retirar-se do VI Governo se o governo de Luanda fosse reconhecido?

**S.C.** — Os dois partidos não fizeram qualquer pressão. Limitaram-se a enunciar a sua posição, já que esta lhes fora expressamente pedida. De resto, a decisão última pertencia ao Conselho da Revolução, como sabe.

Mas há um ponto que convém esclarecer: gerou-se a ideia de que talvez ainda fosse possível reconhecer o Governo do MPLA, o que quanto a mim demonstra bem o empenho que nisso tinham o PC e os seus aliados, apesar das sucessivas derrotas militares do MPLA. Mesmo assim, punha-se nisso um especial empenho, o que obedece a estratégia da URSS.



## As relações com a UNITA

EXP — No caso do PPD, insiste-se habitualmente na ideia de que as simpatias do seu partido liam para este movimento; a UNITA. Não-se mesmo que esse foi o único movimento representado no congresso do PSD. Existem — ou existiram alguma vez — relações privilegiadas de PPD com a UNITA?

S.C. — Não temos relações privilegiadas com nenhum dos três movimentos. O que interessa é o bem do povo angolano, e que ele encontra rapidamente o caminho da democracia e da paz.

Quando é prevista da UNITA no Congresso do PSD, creio que outros movimentos também foram convidados, mas não compareceram.

EXP — E o caminho da paz e de democracia estaria na aplicação dos Acordos de Alvor?

S.C. — Exacto. Só na base do entendimento entre os três movimentos seria possível encontrar esse caminho.

## Jornais e Informação

EXP — Reforço-se já, de passagem, os problemas de informação...

S.C. — Sim, mas aí há que distinguir entre os jornais de Lisboa e os do Porto, principalmente os matutinos. Os jornais do Porto revelam, efectivamente, uma intenção e uma capacidade informativa muito superiores à dos jornais de Lisboa. Nos últimos tempos, entretanto, a maioria foi sensível e hoje considero os três jornais do Porto como os melhores jornais portugueses.

EXP — E quanto à imprensa de Lisboa não houve qualquer alteração que considere positiva?

S.C. — Não, não houve qualquer alteração positiva.

EXP — Mas houve modificações. Falo mesmo dentro do conceito de pluralismo que o PPD defende, existe hoje uma maior diversidade...

S.C. — Há sobretudo mais jornais...

EXP — E é mais que antes seja?

S.C. — Há jornais novos, o que permite uma maior diversidade de opiniões. Isso é evidente. Mas não que se refere à imprensa de Lisboa, principalmente a matutina, creio que está cada vez mais acéfala, em particular numa campanha partidária de derrube do VI Governo.

EXP — Mas quanto ao aperfeiçoamento dos novos jornais penso que há uma capacidade de absorção desses jornais?

S.C. — Não, eu creio que há jornais a mais, e a grande maioria deles vende-se muito mal. O aperfeiçoamento de novos jornais foi uma reacção quanto à parcialidade dos jornais já existentes. E evidente que os novos jornais têm também uma posição política mais ou menos definida. Mas "A Luta" que o "Jornal Novo". Simplemente são mais bem feitos e informativos que os outros.

Na situação actual, a imprensa estatizada custa ao povo português muito dinheiro de outros por ano. Penso que a solução estaria em entregar os jornais viáveis a cooperativas dos trabalhadores e executar os inviáveis.



## De Von Hassel a Ceausescu

EXP — O PPD tem relações muito diversificadas. Tem contactos, por exemplo, com o sr. Von Hassel, Presidente da União Europeia das Democracias Celtae, e com o sr. Ceausescu, Presidente da República Socialista da Romênia. Ao que se sabe, um e outro fizeram referências positivas ao seu partido, e o sr. Von Hassel manifestou mesmo o desejo de institucionalizar as relações da sua Organização com o PPD.

S.C. — O PPD é um partido democrático, aberto a contactos com todas as organizações democráticas nacionais e estrangeiras. Como partido social-democrata, privilegia, evidentemente, as relações com outros partidos social-democratas; tivemos relações com Bruno Kreisky, com Willy Brandt. O PPD não tem relações, a nível do partido, com a UEDC. Tivemos então oportunidade de ter contacto com o sr. Von Hassel, a nível informal, e apreciámos as suas qualidades humanas e políticas.

Com o presidente Ceausescu, foi isso também que aconteceu. As referências positivas que o Presidente Ceausescu nos fez demonstram apenas que ele, ao contrário de alguns dos nossos chefes políticos e militares, é uma pessoa experiente, com sentido político, que sabe apreciar e julgar com exactidão. Foi verdadeiramente simpático que o general Otelo, ao avistar-se com Ceausescu depois da minha entrevista com o Presidente Romeno, tenha feito voluntariamente a sua auto-crítica, em relação a posições que ele e outros camaradas tomaram assumido relativamente ao PPD. O general Otelo explicou que o Presidente Ceausescu lhe afirmara estar convencido que o PPD é um partido de esquerda, integrado na via socialista, e comprometido na construção do socialismo, embora tendo de ter uma perspectiva específica. Pode ser que muita gente tenha aprendido com o Presidente Ceausescu. Se alguém acha as referências surpreendentemente boas é porque estava surpreendentemente mal informado.

## A Internacional Socialista

EXP — Parece, ao entanto, que a nível internacional, e particularmente no que se refere aos países de chamado "Terceira Via Social-democrática", os apelos e as simpatias vão quase exclusivamente para o PS. Parece-lhe que essas apelos se vão diversificar?

S.C. — Creio que sim. Não podemos, ao entanto, deixar de ter em conta que o Partido Socialista está na Internacional Socialista, tal como outros partidos socialistas, juntamente com partidos social-democratas. Por outro lado, e fundamentalmente, há as relações que o dr. Mário Soares estabeleceu com dirigentes socialistas, quando esteve no estrangeiro. Isto possibilita ao dr. Mário Soares manter um quase exclusivo das relações com a Internacional Socialista e os partidos socialistas e social-democratas. Não é portanto, por não nos reconhecerem carácter social-democrata que essas apelos — isto ao contrário do que afirma o dr. Mário Soares.

EXP — Esta convenção decorre ao mesmo tempo que se está a processar uma manifestação dos operários da construção civil. O que há e o que não há, na sua opinião, de justo na actual greve da construção civil?

S.C. — Há dois factores a ter em conta. Por um lado, o sector da construção civil depende, na sua maior parte e na actual circunstância, do Ministério do Equipamento Social — que tem um ministro comunista — através do Fundo de Fomento da Habitação, e esse Fundo está a seguir uma política que me parece muito pouco adequada à promoção da construção civil e à manutenção do trabalho dos operários e empregados do sector.

Por outro lado, o PCP lida o processo indistintivo dos trabalhadores da construção civil, exacerbando-o como nunca o fez durante os Governos de Vasco Gonçalves, e desencadeando através dele mais um ataque ao VI Governo Provisório, o que aliás foi tomado diário pelo comitê do Ministério do Trabalho. Esta tónica não surpreende, sobretudo se tivermos em vista que uma das armas de que se utiliza a chamada "linha dura de Moscova", e das reivindicações constantes, da agitação política e social.

O teste das teças da "linha dura" está aqui a ensaiar-se; é a tomada violenta do poder que se experimenta, para ver se a crise actual do mundo ocidental possibilita o avanço revolucionário do comunismo ou o desacomodamento. É neste quadro que eu vejo a greve da construção civil. Parece-me que, uma vez mais, os trabalhadores estão a ser instrumentados pelo PCP, e serão altamente prejudicados com este tipo de manobras.



## Governar sem o PCP

**EXP** — Mas, nesse caso, se é efectivamente o PCP que controla estas movimentações, se é ele que cria esse clima de agitação, será possível governar sem o PCP ou Governo?

**S.C.** — Parece-me que o resultado lógico d'isto tudo seria outro. É a pergunta seria: é possível governar sem ser com um governo formado pelo PCP?

Porque, de facto, na oposição já é está. Eu penso que é possível e necessário governar sem o PCP, porque me parece artificial a sua força e a sua capacidade de mobil-

ização. Se o PCP não controlasse os órgãos de informação, se os sindicatos não fossem exclusivamente ao serviço dos trabalhadores, com um clima de liberdade sindical que reforçasse a verdadeira unidade dos sindicatos, se terminasse o clima de gólopias constante, de coação psicológica e por vezes mesmo física (como em alguns casos de ocupações no Alentejo), estou convencido de que a oposição do PCP não impediria a tarefa de um governo que tentasse salvar este país.

**EXP** — Mas isso exige, na sua opinião, uma reformulação da estrutura sindical, o restabelecimento da disciplina militar e a saída do PCP do governo. Fica-nos, entre outras, esta pergunta: é o Pacto MFA-Partidos?

**S.C.** — O Pacto não impede a sa-

tificação de nenhuma dessas condições.

**EXP** — Mas a realização dessas condições exigirá a revolta do Pacto MFA-Partidos?

**S.C.** — Não necessariamente, embora eu creia que para a reconstrução do país é indispensável termos, quanto antes, um regime democrático. E o Pacto não consagra um regime democrático: consagra um regime de carácter predominantemente militar, que é incompatível com qualquer democracia. A questão da revolta, recentemente levantada, deverá no entanto ser resolvida entre o MFA e os partidos. Cláusulas como as respeitantes à decisão do Presidente da República, por exemplo, são francamente nocivas. De resto, — alguém violou o Pacto, não foram os partidos mas o MFA, com o Documento-guia ou o Invariável...

## O Presidente da República

**EXP** — Parece um facto que a general Costa Gomes constitui uma figura política extremamente influente em todo o desenvolvimento do processo revolucionário. O que é que pensa do Presidente da República?

**S.C.** — O Presidente da

República é uma figura controversa que, a meu ver, tem grandes qualidades de inteligência e abundantes dons diplomáticos. Não me parece que haja qualquer falta de respeito ao notar que eu gostaria que ele mostrasse mais energia e capacidade de decisão em algumas circunstâncias.

**EXP** — Quanto à situação política...

**S.C.** — Ou se faz já um confronto político-militar não sangrento e se

encontra uma saída, ou se adia a solução para daqui a um mês e, então, o confronto será sangrento.

**EXP** — E o tratamento a pedir revolta para a direita?

**S.C.** — Entretanto, o país vai ao fundo...

**EXP** — Que é uma forma de dizer que vai para a direita...

**S.C.** — Exacto. As atitudes pseudo-revolucionárias abrem o caminho à direita — e é isso que nós não queremos.